

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Conselho nacional do PSD: a renovação como linha estratégica e assegurar a estabilidade governamental



Destaques:

“A vitória nas europeias transmite um sentido de responsabilidade”

Em “Actividades da Presidência”

“A maioria absoluta compete unicamente aos eleitores”

Pag. 2 e seguintes

Ricardo Rio apresenta candidatura a Braga, na presença da nossa Presidente

Em “Notícias de Braga”



No Conselho Nacional do PSD, foi consensual encarar a renovação como linha estratégica e assegurar a estabilidade governamental

Realizou-se na noite de segunda para terça-feira, o Conselho Nacional do PSD, órgão máximo entre Congressos, no decorrer do qual o vice-presidente social-democrata José Pedro Aguiar Branco teve uma reunião de informação com a Comunicação.

Nessa conferência de Imprensa o dirigente social-democrata afirmou que para a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, “a renovação é uma linha estratégica” a seguir na elaboração das listas às eleições legislativas e autárquicas.

“Foi abordada com a habitual seriedade que o assunto merece, a questão das listas para as candidaturas a deputados Assembleia da República e também para as autarquias. A presidente do partido reafirmou aquilo que, aliás, já tem dito: que a renovação fará o seu momento, a renovação é uma linha estratégica que vai ser tida em conta na elaboração das listas”, relatou.

Segundo o dirigente social-democrata, a forma como o PSD governará, sozinho ou em coligação, se vencer as legislativas não foi abordada na reunião do Conselho Nacional.

“O objectivo do PSD é ganhar as eleições” e, vencendo-as, “assegurará as condições de governabilidade”, acrescentou Aguiar Branco.

Num resumo do sentido das intervenções feitas pela presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, e pelos conselheiros nacionais até ao momento, Aguiar Branco afirmou que a vitória social-democrata nas eleições europeias impõe ao partido “responsabilidade, mais do que euforia”.

“Mais do que euforia, o que os resultados transmitem é um sentido de responsabilidade, baseado na confiança que estes milhares de portugueses depositaram no PSD. Muito trabalho ainda está por fazer”, considerou.

Apesar de desaconselhar que se entre em “euforia”, de acordo com o dirigente social-democrata os resultados das eleições europeias de 7 de Junho sem dúvida



que marcaram “o fim de um ciclo de governo socialista” e afirmaram o PSD “como única alternativa de Governo” ao PS.

Exactamente um ano depois do Congresso do PSD que elegeu a actual direcção nacional social-democrata, Aguiar Branco afirmou que, como se pode constatar, as eleições europeias confirmaram o acerto e a razão da estratégia de “política de verdade” e indicaram que esta deve ser mantida.

PSD não vai pedir maioria absoluta nas legislativas, mas aceitar e confiar na decisão dos eleitores

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, garantiu na segunda-feira, que os sociais-democratas não vão pedir maioria absoluta nas próximas legislativas,

afirmando que essa decisão compete unicamente aos eleitores.

“Não vou pedir maioria absoluta”, afirmou a presidente do PSD, em declarações à comunicação social, à margem do almoço comemorativo dos 175 anos da Associação Comercial de Lisboa (ACL), hoje realizado na sede da associação.

Para Ferreira Leite, não existe necessidade “de estar a pedir”, mas sim aceitar a decisão que depende unicamente do voto expresso pelos eleitores.

“Não é preciso pedir-se, os eleitores vão exprimir através do seu voto aquilo que é o desejo do Povo para o Governo português”, reforçou Ferreira Leite, salientando que “estar a tentar pressionar os eleitores (...) não é próprio de uma democracia”.

“O PSD vai anunciar aquilo que sempre fez, que o seu objectivo é ganhar as eleições. E que vai governar de acordo com aquilo que for a vontade expressa dos eleitores”, acrescentou, recusando falar sobre eventuais cenários de governação, lembrando que já viu governos minoritários, de coligação, maioritários: todas as formas possíveis. Foi a votação que o determinou e a soberania do Povo não pode nem deve ser posta em causa...

Questionada ainda sobre o anúncio do adiamento do investimento no TGV e no novo aeroporto, Ferreira Leite reiterou ser “um caminho de bom senso”.

“Não há qualquer economista credível, que não apoie a necessidade de repensar o programa das obras públicas”

A líder do PSD disse, no sábado, em Braga que “não se encontra qualquer

economista credível, que subscreva uma posição contrária” à da necessidade de se repensar o programa das obras públicas.

“Não há nenhum economista, seja ele de que partido for, que não defenda aquilo que venho dizendo há mais de um ano”, afirmou, a propósito do manifesto de 29 economistas sobre a necessidade de se repensar os investimentos em grandes obras públicas.

Manuela Ferreira Leite, que falava à margem da apresentação do candidato à Câmara de Braga, Ricardo Rio, insistiu na necessidade de se rever a actual política económica, a qual - sustentou - “está a ser seguida no sentido errado”.

A nossa Presidente espera que o bom-senso impere nas negociações da Auto-Europa

Manuela Ferreira Leite, em Bruxelas, durante a reunião do Partido Popular Europeu (PPE), que decorreu paralelamente e em apoio de uma cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia, no fim da semana passada,

Afirmou a sua esperança de que “o consenso e o bom senso imperem” nas negociações na Autoeuropa, comprometidas desde quarta-feira da semana anterior, com a rejeição por escassa margem, do plenário de trabalhadores, de um pré-acordo sobre a flexibilização laboral.

“Estou preocupada com a Autoeuropa e com a situação que daí pode decorrer, mas espero, em todo o caso, que o consenso e o bom senso imperem naquelas negociações que estão em curso”, declarou a presidente dos sociais-democratas.

Os trabalhadores da Autoeuropa rejeitaram quarta-feira, por uma diferença





de menos de 150 votos, um pré-acordo laboral que previa uma redução do pagamento do trabalho extraordinário, em seis sábados por ano, de modo a aumentar a flexibilidade da empresa para enfrentar a crise do sector automóvel.

apresentação da respectiva lista concorrente à câmara municipal.

Manuela Ferreira Leite, presidiu também no Domingo, à apresentação da

Autárquicas: prioridade à resolução dos problemas sociais das famílias

A presidente do PSD defendeu na noite de domingo, em Torres Vedras, que os candidatos às próximas eleições autárquicas devem focar as suas prioridades na resolução dos problemas sociais das famílias, no actual contexto de crise.

“Passou a grande fase de prometer grandes obras. Os recursos das autarquias devem ter como prioridade máxima o apoio às pessoas”, disse Manuela Ferreira Leite.

A presidente do PSD sublinhou que “na situação em que o país se encontra as questões sociais vão estar na base de todas as campanhas e entre as prioridades dos candidatos às autarquias”.

Para a líder social-democrata, os candidatos “próximos” e “conhecidos” do eleitorado vão ser “elementos decisivos no acompanhamento dos problemas das pessoas e na sua resolução”.

Neste sentido, Manuela Ferreira Leite elogiou o lema de campanha (“As pessoas”) escolhido pela candidatura da coligação PSD/PP à Câmara Municipal de Torres Vedras, liderada pelo social-democrata Paulo Bento.

A presidente do PSD falava na



recandidatura de Ricardo Pereira Alves à Câmara de Arganil, que há quatro anos foi eleito o mais jovem autarca do país, com 29 anos.

Manuela Ferreira Leite, natural de Arganil, município onde também preside

à Assembleia Municipal, afirmou que, em quatro anos, “Ricardo Pereira Alves não se revelou apenas um bom, mas um excelente, presidente de Câmara”.

“O Ricardo não deixou ninguém ficar desiludido”, considerou a dirigente social-democrata, num discurso em que a política nacional ficou de fora.

Por seu turno, o actual presidente da Câmara e candidato nas próximas eleições autárquicas frisou que “os arganilenses estão hoje mais próximos da sua Câmara Municipal, que abriu de novo as suas portas, praticando uma gestão aberta e transparente, construindo o espaço para a participação de todos”.

Como objectivos para um segundo mandato, o jovem autarca aposta na melhoria da qualidade de vida, no desenvolvimento de produtos turísticos competitivos e o fortalecimento da estrutura económica.

Entre várias obras, enumerou a requalificação da antiga Cerâmica Arganilense, a construção de piscinas aquecidas, a

O PSD continua a defender legislativas e autárquicas na mesma data

Ainda em Bruxelas e falando à comunicação social, a líder do PSD disse que o PSD vai defender, “por todos os motivos”, que as eleições legislativas e autárquicas sejam realizadas no mesmo dia, contrariamente à intenção dos socialistas.

“A posição do PSD é bastante clara e é no sentido de que essas eleições devem decorrer no mesmo dia”, afirmação feita à margem da reunião do Partido Popular Europeu (PPE), e no mesmo dia em que, em Portugal, o Governo começou a ouvir os Partidos com assento parlamentar sobre a data das eleições autárquicas.

A líder do principal partido da oposição defendeu que as eleições “deveriam ser no mesmo dia” por entender que “Portugal já tem a maturidade suficiente, a maturidade democrática, para conseguir perfeitamente distinguir quais são os tipos de eleições que estão em causa”.

requalificação do Teatro Alves Coelho, a criação de um pólo de habitação jovem, um programa de incentivos à reabilitação urbana e a construção do Parque Verde Urbano do Prado, em Côja.

Em matérias mais nacionais, Manuel Ferreira Leite reafirmou que se sente “recompensada” pelo facto do manifesto de 28 economistas sobre os investimentos públicos em Portugal subscreverem “pontos de vista” que o partido anda “a defender há mais de um ano”. “Nessa circunstância, evidentemente que me sinto recompensada pelo facto de perceber que as pessoas estão a entender aquilo que está em causa neste momento em relação ao futuro do país”, disse Manuela Ferreira Leite.

A líder social-democrata sublinhou ainda que este documento “é uma ajuda muito importante” para o PSD, por se tratar de “um conjunto de economistas de grande reputação de vários partidos, o que significa que não é uma posição partidária”.

«Por outro lado» apontou, «numa situação de crise, não é útil que haja duas campanhas que, se não forem no mesmo dia, são muito próximas uma da outra».

“Não digo que Portugal fique paralisado, mas fica de alguma forma fragilizado por tal coincidência de acontecimentos, e por isso, por todos os motivos, nós vamos defender que as eleições deveriam ser no mesmo dia”, declarou.

Note-se que a posição do PSD é oposta à do PS, favorável a que as eleições tenham lugar em datas diferentes, tal como defendeu esta semana o secretário-geral e Primeiro-ministro Sócrates.

De acordo com a lei, as eleições autárquicas são marcadas pelo Governo para o período entre 22 de Setembro e 14 de Outubro e a marcação tem de ser feita até 80 dias antes da última data possível.

As eleições legislativas são marcadas pelo Presidente da República para um período mais largo, entre 14 de Setembro e 14 de Outubro, e podem ser marcadas mais tarde, até 60 dias antes da última data possível. – PL, TSF, Lusa, fotos Arquivo e AV, Povo Livre



«...bem pode Sócrates tentar vestir a pele de cordeiro, que a sua fala o denuncia!»

No dia 17, o vice-presidente do PSD Paulo Mota Pinto considerou que o primeiro-ministro, José Sócrates, tentou encenar, na entrevista que nessa noite apresentou na SIC-Notícias “um novo estilo de vestuário, envergando uma pele de cordeiro”, mas, afinal, mostrando-se, como é era antes, “auto-satisfeito” na substância do seu procedimento

Em declarações à agência Lusa, Paulo Mota Pinto assinalou o facto de o primeiro-ministro nem sequer ter referido durante a entrevista à SIC-Notícias “a expressão pequenas e médias empresas”, apenas admitindo como “eventuais” – assim os classificou – erros, o de não ter “dado” mais dinheiro à cultura e de ter feito exigências muito duras aos professores, na questão da avaliação

Segundo o dirigente social-democrata, o “silêncio” de José Sócrates sobre as pequenas e médias empresas evidenciou “uma diferença de política” em relação à presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, para quem estas são uma prioridade absoluta, como sustentáculo da economia e do emprego reais em Portugal.

Num comentário geral à entrevista, Paulo Mota Pinto considerou que esta foi, “na forma, uma tentativa de encenação de um novo estilo de pele de cordeiro, de alguma aparente modéstia”, mas, “na substância, uma grande tentativa de autojustificação falhada”. “O que conta é a substância e essa mostrou-nos um primeiro-ministro que pensa que fez tudo bem, com grande auto-satisfação com as suas políticas, um primeiro-ministro, no essencial, auto-satisfeito”, acrescentou.

O primeiro-ministro “julga que as suas políticas estiveram correctas, quando a realidade mostra resultados muito negativos e o Governo não foi capaz de combater a crise”, sustentou o vice-presidente do PSD.

Questionado sobre as citações feitas pelo primeiro-ministro de palavras da presidente do PSD sobre o tipo de mão-de-obra criada pelas obras públicas e sobre a definição do casamento, Paulo Mota Pinto acusou José Sócrates de “tentar aproveitar uma óbvia distorção e colocação fora de contexto, de frases” de Manuela Ferreira Leite.

Quanto à alegada “agenda escondida” que o primeiro-ministro imputou aos sociais-democratas relativamente à Segurança Social, Paulo Mota Pinto observou que “o PSD está habituado a que uma das estratégias do PS seja distorcer e caricaturar as suas posições para as tentar combater”.

“Essa agenda não existe. O PSD não perfiha a privatização da Segurança Social”, afirmou.

O dirigente social-democrata salientou, a este propósito, que na entrevista de hoje o primeiro-ministro “focou a oposição na dra. Manuela Ferreira Leite” que constitui para ele a maior ameaça e única real alternativa vencedora”



O PSD conclui e apresenta o seu programa eleitoral no final de Julho

O PSD concluirá e apresentará o seu programa eleitoral no final de Julho, nesse documento incluirá contributos das dez sessões do “Fórum Portugal de Verdade” realizadas este ano, disse no dia 19 à agência Lusa uma fonte social-democrata.

Entre Fevereiro e Maio, o PSD realizou sessões do “Fórum Portugal de Verdade” sobre os mais importantes e actuais temas da sociedade portuguesa, como as pequenas e médias empresas, saúde, desemprego, segurança, pobreza, desigualdades territoriais, mar, ambiente e agricultura, tendo como objetivo geral a audição realista da sociedade civil sobre estes temas.

Um resumo das propostas feitas pelos convidados dessas sessões foi apresentado no dia 23 de Maio, no Porto, na sessão de encerramento do “Fórum Portugal de Verdade”.

No dia 19, o PSD anunciou que vai realizar entre este mês e Julho, dez novas reuniões sobre os mesmos temas, desta vez à porta fechada, das quais sairão conclusões com as quais a direcção social-democrata liderada por Manuela Ferreira Leite se compromete em termos de programa eleitoral.

Essas conclusões serão contributos para o programa político com que o PSD se vai apresentar às eleições legislativas.

Contactada pela agência Lusa, uma fonte ligada à Direcção social-democrata, adiantou que o programa eleitoral do PSD deverá estar concluído e ser apresentado no final de Julho.

Uma das bases do programa eleitoral do PSD serão as conclusões retiradas das dez novas reuniões do Fórum Portugal

de Verdade, confirmou a mesma fonte.

A primeira das anunciadas reuniões à porta fechada, que se realizarão todas em Lisboa, será sobre pequenas e médias empresas e decorreu já na passada terça-feira.

A última, sobre agricultura, identidade e coesão nacional, está agendada para o dia 23 de Julho.

O presidente da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), Armindo Monteiro, a presidente do grupo Espírito Santo Saúde, Isabel Vaz, o padre Lino Maia, o matemático Nuno Crato, o economista João César das Neves, o magistrado José Santos Cabral e a ex-dirigente do CDS-PP Maria José Nogueira Pinto foram alguns dos participantes no Fórum Portugal de Verdade do PSD.



Deputados do PSD, eleitos pelos Açores questionaram MNE sobre a posição portuguesa em relação à nova utilização das Lajes

Os deputados do PSD eleitos pelos Açores questionaram na semana passada o ministro dos Negócios Estrangeiros

sobre a posição do governo português relativamente às novas solicitações militares norte-americanas para a utilização da Base das Lajes, pretendendo conhecer eventuais contrapartidas exigidas.

“Confirma o governo ter dado acordo às novas solicitações militares norte-americanas para o uso da Base das Lajes, sem prévio acerto de garantias de segurança e ambientais?”, interrogam os deputados Mota Amaral e Joaquim Ponte, num documento entregue na Assembleia da República, dirigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros.

Neste documento, os dois deputados açorianos do PSD questionam ainda se o governo “vai exigir contrapartidas para a Região Autónoma dos Açores pelas novas facilidades concedidas”.

Por outro lado, pretendem também saber “quais foram as exigências formu-

ladas pelas autoridades regionais”.

Os deputados sociais-democratas manifestam ainda preocupação com informações que apontam para a eliminação do inquérito salarial que serve de base à fixação das remunerações dos trabalhadores portugueses ao serviço das forças norte-americanas estacionadas nas Lajes.

Nesse sentido, questionam o ministro



dos Negócios Estrangeiros se os trabalhadores, os sindicatos e o governo regional foram ouvidos “sobre a eliminação do inquérito salarial”.

No conjunto de perguntas enviadas ao chefe da diplomacia portuguesa, Mota Amaral e Joaquim Ponte recordam que os dirigentes socialistas, quando estavam na oposição, consideraram o Acordo de 1995 como “o pior de sempre”, questionando se o actual executivo regional socialista vai aproveitar esta oportunidade para “propor a abertura de negociações” para rever o acordo.

“Os pontos polémicos do acordo laboral serão novamente levados à mesa das negociações, a pretexto da formalização do entendimento luso-americano sobre as novas utilizações da Base das Lages?”, interrogam os deputados.

No final de uma reunião realizada a 12 de Junho em Bruxelas com o secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates, o ministro português da Defesa, Nuno Severiano Teixeira, admitiu estar “bem encaminhado” o processo negocial entre os dois países relativo à utilização do espaço aéreo dos Açores para treino de aviões militares norte-americanos.

Segundo Severiano Teixeira, depois de analisados os requisitos militares e a eventual compatibilidade dos treinos solicitados com o tráfego aéreo civil, a resposta portuguesa ao pedido norte-americano deve ser “em princípio, positiva”.

PS “acorda tarde” e de “forma oportunista” para a questão da perda de poder de compra dos pensionistas

No dia 18, o PSD acusou o PS de “acordar tarde” e de “forma oportunista” para a questão da perda de poder de compra dos pensionistas, que poderão ver baixar os seus rendimentos no próximo ano, caso o cenário de desaceleração da inflação se concretize.

O PS apresentou na Assembleia da República um projecto de resolução onde recomenda ao Governo que tenha em conta a evolução do Índice de Preços no Consumidor em anos excepcionais para garantir que o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) não evolua de forma negativa.

O deputado social-democrata Adão Silva acusou o partido da maioria parlamentar de estar a “aprovar à pressa um projecto de resolução” e de “acordar tarde e de forma oportunista” para a questão do risco de perda de poder de compra dos pensionistas em 2010. As críticas ao projecto de resolução hoje apresentado pelo PS surgiram também do Bloco de Esquerda, com a deputada Mariana Aiveca a lamentar que o diploma do PS “deixe tudo na mesma”, não passando por isso de uma inaceitável “propaganda eleitoral”.

O CDS-PP, por seu turno, questionou o PS sobre as garantias que o Governo pode dar ao país que resolverá “em tempo útil” a questão, enquanto o PCP renovou as críticas à lei criada pelo PS que alterou a fórmula de cálculo das pensões, que apontou como “um mecanismo perverso de manutenção e perpetuação de pensões de miséria”.

A concretizar-se a inflação negativa prevista para 2009, as pensões e as

prestações sociais afectas ao valor do IAS sofreriam uma redução nominal no próximo ano.

O Governo já admitiu alterar as regras de actualização destas prestações caso se verifique aquele cenário, mas a decisão, de acordo com o ministro Vieira da Silva, será tomada apenas em Outubro ou Novembro, dependendo da variação dos preços.

A actualização das pensões, com efeitos a 01 de Janeiro de cada ano, tem por base o crescimento da economia e da inflação dos últimos 12 meses, de acordo com a fórmula em vigor desde 2008.

PSD defende que legislativas e autárquicas devem coincidir nas datas

O PSD defendeu no dia 18, perante o Governo, que as eleições autárquicas se devem realizar no mesmo dia das legislativas, em nome do “interesse superior do país”, para diminuir os custos dos actos eleitorais e a abstenção.

O Governo, a quem compete marcar as eleições autárquicas, recebeu nesse dia, na Assembleia da República os partidos com assento parlamentar para ouvir as suas posições sobre a data daquele acto eleitoral.

O secretário-geral do PSD, Luís Marques Guedes, e o vice-presidente do PSD José Pedro Aguiar Branco estiveram reunidos durante cerca de 20 minutos com o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, e com os secretários de Estado da Administração Local e da Administração Interna.

“O PSD defendeu que a solução mais útil e menos dispensiosa, seria útil era a simultaneidade das eleições autárquicas e eleições legislativas”, declarou José Pedro Aguiar Branco aos jornalistas, no final do encontro.

“O dia 11 de Outubro parece ser aquele que recolhe maior unanimidade”, referiu. “Mas, para nós, mais importante do que o dia em concreto seria que as eleições se realizassem ao mesmo tempo. Foi isso que transmitimos ao senhor ministro”, acrescentou.

O vice-presidente do PSD apontou a “contenção de custos” e o “atenuar dos riscos de abstenção que sempre existem” como vantagens da simultaneidade de eleições e defendeu ainda que esta permitiria “que a excessiva dinâmica de campanhas eleitorais fosse minimizada”.

Questionado se pensa ser viável uma

decisão nesse sentido se apenas o PSD defender que as duas eleições se realizem no mesmo dia, Aguiar Branco respondeu que isso “depende do Governo e do senhor Presidente da República”.

“Acho que estão em condições, depois de ouvir os partidos, de fazer aquilo que no superior interesse do país é mais importante”, considerou.

Interrogado em concreto sobre a decisão a tomar pelo Presidente da República, a quem compete marcar as legislativas, respondeu: “O senhor Presidente da República tem sempre dado mostra de que na sua acção tem em conta aquilo que é o interesse superior do país, portanto, Confiamos que saberá avaliar aquilo que é o superior interesse do país”.

Sem supresas, PS chumba moção de censura do CDS

Sem supresas, a maioria parlamentar do PS chumbou na semana passada, no Parlamento a moção de censura ao Governo apresentada pelo CDS-PP e que obteve os votos favoráveis do PSD, enquanto PCP, BE e “Os Verdes” optaram pela abstenção.

Estavam presentes no momento da votação 220 dos 230 deputados, sendo um dos ausentes o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, recém-eleito eurodeputado, que se encontrava em deslocação a Bruxelas.

«Houve 120 votos do PS contra a moção e 78 votos a favor, dos quais 66 do PSD, onze do CDS-PP e um do deputado não inscrito José Paulo de Carvalho, que entregou na mesa do Parlamento uma declaração de voto.

Por sua vez, as abstenções foram 22, das quais onze do PCP, oito do BE, duas dos “Verdes” e uma da deputada não inscrita Luísa Mesquita.

Esta foi a quarta moção de censura apresentada no Parlamento ao Governo chefiado por José Sócrates e a segunda apresentada pelo CDS-PP.

Com rejeição assegurada pela maioria absoluta do PS no Parlamento, nenhuma das moções de censura obteve o apoio de todos os partidos oposição.

Em Junho do ano passado, o Parlamento rejeitou uma outra moção de censura apresentada pelo CDS-PP e que na altura obteve apenas o apoio dos democratas-cristãos, sendo chumbada com os votos contra do PS e a abstenção do PSD, PCP, BE e “Os Verdes”.

Um mês antes, em Maio de 2008, uma

moção de censura apresentada pelo PCP foi rejeitada com os votos contra do PS, com a abstenção do PSD e do CDS-PP e os votos favoráveis dos comunistas, do BE e dos “Verdes”.

A primeira moção de censura ao actual Governo foi apresentada em Janeiro do ano passado pelo BE. Bloquistas, PCP e “Os Verdes” votaram a favor da moção, que foi chumbada com os votos contra do PS e a abstenção do PSD e do CDS-PP.

O vice-presidente do PSD, Aguiar-Branco explicou que a bancada social-democrata votará a favor da moção de censura ao Governo apresentada pelo CDS-PP para evitar “a equívoca leitura de um prolongamento imerecido de vitalidade deste governo”.

O deputado social-democrata, que falava no Parlamento durante o debate da moção afirmou que “a esperada rejeição”, pelo PS, da iniciativa da bancada do CDS-PP, “poderia induzir a equívoca leitura de um prolongamento imerecido de vitalidade deste governo”.

Uma interpretação que o PSD quer evitar, sendo “muito claro na censura a este governo”, disse Aguiar-Branco, justificando assim o voto favorável da bancada social-democrata.

Na sua intervenção, o deputado do PSD destacou que “o governo não foi digno da maioria absoluta que os portugueses lhe confiaram”, acrescentando que “a coerência, a autenticidade, a honra da palavra dada, o respeito e a verdade não se inscrevem no ADN” do executivo socialista de José Sócrates, que “merece uma forte censura”.

Aguiar Branco destacou o “saldo de uma governação falhada, de um governo empedernido e de um primeiro-ministro esgotado”.

Para o dirigente do PSD, a “recente posição do Governo quanto ao TGV não passa de uma encenação e indicia que haverá grilhetas financeiras que aprisionam a decisão futura do próximo governo”.

O vice-presidente mostrou-se confiante que o governo será “definitivamente censurado nas próximas eleições legislativas”.

O líder da bancada do PSD, Paulo Rangel, esteve ausente do debate sobre a moção de censura, por se encontrar em Bruxelas, depois de a lista que encabeçou ao Parlamento Europeu ter vencido as eleições europeias no dia 7 deste mês.

Vice-Presidente social-democrata exige clarificação da decisão «ambígua» do MOP sobre o TGV

O dirigente do PSD Aguiar Branco considerou na semana passada que a declaração do ministro das Obras Públicas sobre a decisão relativa ao TGV “é ambígua” e exigiu uma clarificação.

“A declaração é ambígua e equívoca no seu verdadeiro sentido. O ministro refere que não irá acelerar o processo e com isto parece esconder a verdadeira vontade de o não suspender”, afirmou Aguiar Branco.

O dirigente social-democrata exigiu que o primeiro-ministro e o Governo “clarifiquem se decidiu suspender” o processo e de forma a que “o próximo governo possa tomar decisões sem constrangimento nem condicionamento sobre a liberdade de a tomar”. – Fontes: GP/PSD, Lusa





Entre o “animal feroz” e o “manso cordeiro”

J. Pacheco Pereira (*)

O José Sócrates manso, humilde, penitente, da entrevista que deu à SIC, e que a jornalista permitiu com demasiada complacência, é um mau produto de marketing que não durará muito. É interessante até ver como uma série de fugas relatadas no Diário de Notícias, raras por serem da cozinha interior da política “socrática”, foram imediatamente feitas para distanciar a agência de comunicação que trabalha com ele, a LPM, daquilo que foi atribuído a um trabalho amador dos seus assessores: fazer do “animal feroz” um manso cordeiro.

Não sei se foi assim, porque dada a natureza profissional de todas estas fugas e contrafugas, não acredito numa só linha sobre a realidade do que relatam, embora me interesse o que pretendem sugerir. Eu sei que é “sugestio falsi”, mas tem interesse saber que “junk food” estão a pôr no meu prato mediático. Neste mundo de ficções, que é hoje a política-espectáculo, tem de se ter, como um centípede, 99 pés atrás e só um à frente, para balanço.

Seja como for, os conselheiros e a agência dir-lhe-ão (a ele, Sócrates...) em breve, que a “coisa” não pega e é contraproducente, pelo que voltará de novo o “animal feroz”



de aliados no interior de qualquer grupo profissional, mesmo que minoritários, e ele descambou no populismo fácil de colocar grupos profissionais uns contra os outros. Tornou-os, mesmo quando ainda não o eram, em corporações entrincheiradas e depois, quando percebeu os custos, recuou. Fez a ficção das reformas, mas não era, nem é, um verdadeiro reformista.

Medeiros Ferreira chamou-lhe “pagão” e, num certo sentido, tem razão porque estas personagens representam uma forma moderna de “paganismo”.

José Sócrates tem semelhanças com al-

gumas personagens menores da antiguidade, que em certos períodos da história de Roma tiveram o seu papel: Sejano, por exemplo, ou alguns imperadores pretorianos. Se olharmos para Sejano, o meu primeiro exemplo, percebe-se melhor. O verdadeiro criador da Guarda Pretoriana como força política, o homem que governava Roma com brutalidade, enquanto Tibério se entretinha em Capri a nadar com os seus “golfinhos”, acabou mal, mas mandou muito enquanto pôde. O “paganismo” era no fundo pouco mais do que crueldade, alguma capacidade de organização (uma qualidade rara em Portugal), uma falta completa de escrúpulos e um certo instinto de sobrevivência e intriga. Em Roma essa intriga permanente fazia-se com mulheres, filhos, família e veneno real, hoje faz-se com jornais, blogues e veneno virtual. Sejano também era na época uma espécie de “animal feroz”, só que não havia assessores de marketing para o amansar e acabou executado mais a família, às ordens de Tibério.

Há também algo de artificial no Sócrates “animal feroz”, algo de construído pelo próprio, depois ampliado pela máquina de propaganda gigantesca que ninguém antes dele tinha criado à volta de um primeiro-ministro. A verdade é que este “animal feroz” mostrou-se muitas vezes bem menos “feroz” do que se pensa. Sempre que via os votos a voarem pela janela e a perspectiva de sarilhos a sério, a ferocidade diminuía exponencialmente...

Foi o caso da defenestração do ministro da Saúde e da actuação do Governo face aos pescadores bloqueando as lotas e aos camionistas bloqueando o país. Na verdade, mesmo o argumento de que Sócrates sempre apoiou a ministra da Educação, contra a luta dos professores, que assumiu uma dimensão de guerra total e que certamente lhe acabou por retirar muitos votos, não colhe. Sócrates convenceu-se, e bem, de que, enquanto contra o ministro da Saúde estava o “povo” e não os médicos, contra a ministra da Educação estavam os professores mas não o “povo”. Por isso, afastou o primeiro e deu cobertura política à segunda. Só que não percebeu que no contexto de um crescendo de conflitualidade, que ia muito para além dos professores, a irritação acabou por funcionar num sistema de vasos comunicantes e, no voto, o “povo” acabou por aceitar que professores na rua era bom porque era “contra Sócrates”. E contra Sócrates, valia tudo.

O que aconteceu, e torna qualquer governo de José Sócrates a mais instável das soluções políticas, é que foi à sua volta, ou da sua persona, ou da sua máscara, ou da sua personagem, que o país se polarizou. Mais de metade do país é contra Sócrates e uma parte mais pequena é a favor, mas ambas estão muito radicalizadas. Na verdade, a que é contra Sócrates está ainda mais radicalizada, porque na outra há uma confluência poderosa de fãs absolutos do primeiro-ministro, com a habitual conjugação de interesses à volta do poder, e beneficiam de uma maior homogeneidade do que os do lado do contra.

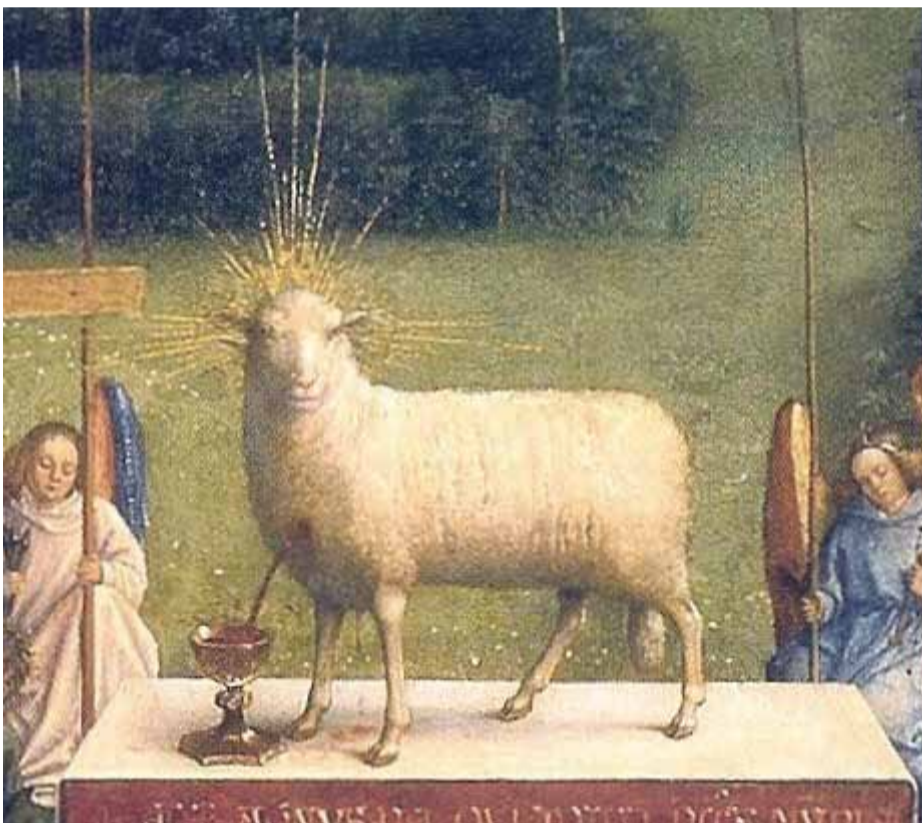
Ora é por ser exactamente assim que há “ingovernabilidade”, não porque possam não existir condições institucionais para sustentar um governo. Elas são uma vantagem potencial para a governabilidade, mas estão longe de ser suficientes, em particular se uma parte importante dos portugueses votar pelo protesto (contra Sócrates) no Bloco ou no PCP ou no voto branco, ou se absterem como atitude de negação. É por isso que poucas soluções governativas seriam mais instáveis e conflituosas que um novo governo PS com ou sem maioria absoluta.

E é também por isso que, se não existirem condições de alternância governativa, a instabilidade gerada por um governo PS pode levar a um ciclo de sucessivas eleições legislativas, ao modo italiano.

Enquanto for Sócrates a dominar a cena, a vida política portuguesa permanecerá muito conflitual e instável, não serão possíveis reformas, nem as políticas consistentes e difíceis que a crise exige. E não há mansidão programada que resulte para amainar uma opinião pública que, pura e simplesmente, não só não acredita na personagem, como a sua mera presença a irrita e muito mais a irritará se lhe puserem à frente um híbrido de “manso-feroz”.

Por isso, Sócrates está condenado à ferocidade, que representará sempre melhor porque é-lhe mais fácil puxar pelo ego nesse cenário do que numa humildade em que ele é um erro de casting. Só que o “animal feroz” parte cada vez mais o país em dois e é gerador de instabilidade por si só.

Vamos conhecer tempos interessantes, como se diz na maldição chinesa... - Professor Universitário, escritor, comentarista



que é mais compatível com o “inner self” do actor que todos conhecemos como José Sócrates, actual primeiro-ministro de Portugal. Haverá retoques na forma e estilo de ferocidade do “animal”, mas será por aí que a coisa vai ir, uma vez estabilizada uma estratégia de marketing, já que a anterior ruiu no dia das eleições para o Parlamento Europeu. Seja dito, de passagem, que entre os grandes perdedores dessa noite estão as agências de comunicação, aquelas que tratam os políticos como “marcas”, e os políticos que assim se deixam reduzir a um produto de compra e venda.

Voltando a José Sócrates, a personagem interessa por duas razões. Uma, é que a bipolarização que existe de facto em Portugal não é entre o PS e o PSD, nem entre a esquerda e a direita, é a favor ou contra José Sócrates. A segunda razão é porque ele é, em muitos aspectos, um produto típico do tempo. Não é único - as mesmas incubadoras que o produziram, as “jotas” partidárias, agora complementadas pelas carreiras políticas de blogue, Facebook e Twitter (com uma enorme capacidade de reproduzirem na Rede os piores defeitos das políticas das “jotas”), estão a gerar outros produtos do mesmo tipo. Gente ambiciosa, muito ambiciosa, com pouca “virtude” (no sentido latino de virtú, - n.r.), com poucas leituras e muita televisão e computador, deslumbrada pelos gadgets, movendo-se com à-vontade entre jornalistas e empresários, sem “vida” nem biografia e pensando a política como pouco mais do que uma forma elaborada de marketing.

Depois, como estamos em Portugal, o grosso do “trabalho” está na “gestão da carreira”, em milhares de telefonemas, muita intriga e “imagem”. Depois, há uns melhores do que outros e Sócrates, dentro da espécie, aprendeu melhor e com mais eficácia. E teve sorte, apareceu-lhe uma causa, a co-incineração, com todas as vantagens de lhe ter permitido a suprema ambição deste tipo de políticos: “ter protagonismo”.

O caso da co-incineração foi fundamental na educação política do primeiro-ministro, penso até que o mais decisivo nessa educação. José Sócrates percebeu que fazer a ficção da autoridade, ser actor da autoridade, podia dividir e irritar, mas que o lado que estimava a exibição da força e da determinação era sempre muito maior do que o que o criticava pela obstinação. Trouxe essa lição para o início do seu Governo com sucesso e depois estragou tudo. Não porque não “dialogasse”, mas sim porque «deitou fora o menino com a água do banho», não percebeu que uma reforma precisa



A ignomínia...

Vasco Graça Moura (*)



«Governo e PS não navegam à direita nem à esquerda: navegam (...) ao sabor dos ventos que vão soprando...»

Depois da catadupa de partes gagas tão patéticas quanto ridículas que o Partido Socialista, o seu híbrido de secretário-geral e primeiro-ministro José Sócrates, o seu fiel seguidor Vital Moreira e, last but not least, as empresas de sondagens e até a comunicação social, com relevo para a obscenidade política de alguns telejornais televisivos, andaram por aí a fazer durante algumas semanas, espantaria que a penalização do PS, agora reduzido a segunda força política nacional, não continuasse a

verificar-se nas legislativas.

Ficou demonstrado à sociedade que Sócrates é um exímio praticante daquilo a que, nesta mesma coluna, eu chamei em Janeiro de “política trapalhona”; que de nada lhe valeu andar com Zapatero voando de Falcon sobre os ninho dos cucos, nem a Vital Moreira o sucessivo emendar da mão e o assumir-se afinal como ventríloquo do Primeiro-Ministro e do seu desastrado Governo; que as empresas de sondagens são poderosos meios de intoxicação e mistificação da opinião pública e agora perderam essa partida; e que muita comunicação social falhou rotundamente nas suas acções e atitudes, mais ou menos encapotadas e servis, de apoio indecoroso ao Partido Socialista.

Essa demonstração, que os factos confirmam plenamente, continua a ter pontos de apoio absolutamente inegáveis. Veja-se o caso do BPP. O Governo e o seu ministro das Finanças prestaram-se deliberadamente e de má fé à vergonha de uma criação de ilusões indecente e terceiro-mundista, lançando cortinas de fumo e poeira nos olhos dos interessados e dos cidadãos em geral, e fazendo acalantar a doce expectativa de que o problema dos depósitos de retorno absoluto garantido ia ser resolvido satisfatoriamente, para acalmar as tropas só enquanto tudo se disputava a votos. Não tinham passado 24 horas sobre a divulgação dos resultados eleitorais, e verificava-se que as coisas afinal eram muito diferentes e que só havia desculpas trôpegas e miseráveis para não dar a esses clientes do BPP o mesmo tratamento que tinha sido dado ao BPN.

A pantomina só pode significar que o Governo passou a fazer outra vez os seus tagatés cobardes e oportunistas à extrema-esquerda para ver se a desvia, em proveito próprio, de ser arrebanhada pelo respectivo bloco. Isto é, o Governo escamoteia as suas responsabilidades pelos falhanços do Estado e continua a tratar os portugueses como se fossem uma massa indiferenciada de atrasados mentais sem remédio. E não desiste de apresentar a patológica obstinação de José Sócrates e do seu ministro Mário

Lino quanto aos grandes projectos de obras públicas como excelsa manifestação de coerência política e programática.

Ainda não perceberam que esses dislates imprudentes se notam ainda mais nos tempos que correm, que a manipulação descarada da realidade agora só leva a um encolher de ombros de desprezo, que não prestam rigorosamente para nada, que o eleitorado lhes liga cada vez menos importância e que toda a gente tem plena consciência disso mesmo. O político mais parvo (na acepção de menor, do latim parvus, pequeno) é o que perdeu de todo o sentido da realidade.

Ninguém pode ter dúvidas de que, se o calendário constitucional o permitisse, o Presidente da República já teria posto esta gente a andar, não só por tal decisão ficar inegavelmente confortada no terreno dos princípios por ele enunciados e no de uma prática política saudável, mas também com o precedente (aliás, em minha opinião, abusivo, como na altura escrevi) criado em finais de 2004 por Jorge Sampaio versus Santana Lopes.

É aqui que entra a próxima vencedora das legislativas, Manuela Ferreira Leite à frente do PSD. Já se viu como os seus adversários internos passaram a meter o cauteloso rabinho entre as pernas. Vai-se ver como a dinâmica afirmada a 7 de Junho trará consigo os frutos de uma coerência baseada no rigor, na credibilidade e na experiência governativa, na seriedade programática e na recusa do espectáculo e da fraude.

É fatal como o destino e a razão está à vista: este Governo e o Partido Socialista não têm essas qualidades. Não navegam à direita nem à esquerda: navegam ignominiosamente à vela e ao sabor dos ventos que vão soprando. – (*) Professor Universitário, Escritor, Euro-deputado



Sejam claros e operacionais!

Alberto João Jardim (*)

Agora que uma das batalhas políticas será a das eleições para a Assembleia da República, de cujo resultado depende a formação do próximo Governo deste infeliz Portugal, é prioritário que se saiba colocar aos portugueses, os assuntos que efectivamente nos interessam.

Começando pela consideração do facto de a próxima Legislatura ter poderes de revisão constitucional.

Os Portugueses não podem perder esta ocasião única de serem chamados a subscrever medidas que mudem Portugal e, para tal, querem estar devidamente informados sobre os compromissos que, de uma forma clara, os Partidos políticos assumam.

Porque, de «promessas», estão fartos.

E as «promessas» dos socialistas foram o que se viu, embora haja uma percentagem de cidadãos que, por «clubite partidária», mortificados na sua



pseudo-«religião», engulam tudo e mais alguma coisa.

Se a campanha eleitoral, uma vez mais, não tiver o nível ético e de debate

de que o País carece, não passará de mais um exercício rotineiro e maçador da partidocracia em que estamos mergulhados e que, assim, indevidamente, se substituiu à Democracia.

Enquanto, através de uma reforma constitucional, os Portugueses não possam eleger o seu Representante ao Parlamento da República, a par da existência de um Círculo Nacional, vamos continuar numa paródia partidocrática que a nenhum Ressurgimento nos conduz.

Os Partidos têm de dizer claramente o que vão fazer, e de forma inteligível para todos.

Basta de discursos tecnocratas e elitistas para alguns, aliás constatando-se, depois, que de sumo nulo e, diferentemente, de encenações e paleios demagógicos para as grandes massas populares, os quais, também depois, se revelam autênticas aldrabices.

Quando constituiu a primeira Aliança Democrática, a qual, vencedora, sucedeu a um Governo de iniciativa presidencial de medidas altamente discutíveis, Francisco Sá Carneiro fez questão de dizer ao País qual a legislação vigente que, de uma assentada, revogaria imediatamente.

Bem como o que sucederia em alternativa.

Disse-o e cumpriu.

Ficaram célebres medidas legislativas, logo no início do Governo da Aliança Democrática, que, num só diploma, anulavam blocos inteiros de legislação vigente e disparatada.

E foi e é lógico.

Se o País vai mal, como vai, é preciso ir imediatamente à raiz dos problemas, tudo o que de tolo foi produzido legislativamente.

Não é demorar semanas e semanas, meses e meses.



Daí que o mais importante no debate das eleições para a Assembleia da República, para além da indicação do aproveitamento dos poderes de revisão constitucional da Legislatura, seja desde logo a apresentação do pacote de legislação vigente a ser sumariamente revogada, bem como as alternativas que lhe seguem.

Às vezes, o tradicional e inoperante conservadorismo político português – que é um atavismo que vai desde a extrema-«esquerda» à extrema-«direita» - entra em pudores e gemidos soliloquiais, uma patética «dúvida metódica» sobre se convém ou não convém, se a matéria foi há pouco ou muito tempo mexida, ou «ah, não será forte?», etc., tudo qualificando o enrascanço da «classe política» que ainda aturamos.

Não pode mais ser assim.

O que é para mexer, tem de ser mesmo mexido, e logo após as eleições.

O que é para mexer, tem de ser clara e comprometidamente apresentado ao Povo português, não só para permitir a respectiva decisão soberana, se sim ou não, e, se sim, legitimar a rapidez da operacionalidade que se exige.

É que quanto mais explícitas forem as propostas ao eleitorado, incluso os seus tempos de execução, mais sérias e úteis serão as eleições.

Mais correcta e operante será a fis-



calização democrática que é um Direito legítimo da população.

Mais responsabilidades terão os Portugueses com as decisões que tomaram, não podendo, depois, se resguardar nessa

de «a culpa» ser dos «políticos».

Esta é hora de Responsabilidade por parte de todos, sem excepção.

Se as eleições são para os «rodrigui-nhos» habituais, que já demonstraram

não conduzir Portugal a soluções positivas, então vão preparando o funeral deste Sistema político. - (*) Advogado, Presidente da CPR/PSD-Madeira, Presidente do Governo Regional

Que interessa o Freeport e o Lopes da Mota? (Ou a parábola de Sócrates e a Humildade...)

Mario Crespo (*)

Esta coisa da humildade está a dar resultado. Os comentaristas comentam, os analistas analisam, os entrevistadores entrevistam e... nem uma palavra sobre o Freeport. O choque e espanto causado ao País pela súbita decisão do primeiro-ministro de passar a ser Humilde, ofuscou para planos remotos todas as outras questões definidoras de carácter em que ele está envolvido.

Que interessa o Freeport e o Lopes da Mota, a licenciatura e as casas compradas a offshore, os primos e o DVD, quando temos em mão um prodígio que rivaliza com as aparições mais miraculosas?

Sócrates teve agora a sua epifania. Foi preciso o pior resultado eleitoral na história do PS para a revelar, mas aí está. Morreu o Animal Feroz, viva o Animal Domesticado. Aleluia, que nasceu o novo homem, doce, cordato, simpático, sereno.

“Hossana” grita o país em coro, maravilhado com o testemunho de humildade franciscana que agora transborda das suas comunicações e que, qual aura de beatitude, se está a alastrar, comunicando-se a fiéis e a infiéis, a jornalistas e políticos. Santos Silva, Silva Pereira e Luís Paixão Martins olham-no embevecidos e murmuram: “É tão humilde, não é?”.

Do sector privado ao público, do



gentio da fértil OTA aos nómadas de Alcochete, todos dão graças como no “Sermão da Montanha”; “Bem-aventurados os mansos pois herdarão a terra” ouve-se em coro quando o povo sobressaltado vê que o Animal Feroz partiu e em seu lugar serpenteia a mansidão dialogante. Estava tudo previsto. Foi inspiração súbita que levou os técnicos da assessoria de imagem a ter o ímpeto de correr para o Antigo Testamento e parar, siderados, em Isaías 65:25 onde se lê claramente: “E o lobo e o cordeiro pastarão juntos (em longas entrevistas, subentende-se) e o leão comerá palha como o jumento e (subentende-se) não haverá mais cenas embaraçosas”.

Nem no Parlamento. Nem à saída da Comissão Política. Nem quando o mais humilde dos repórteres abordar o novo José Sócrates e lhe perguntar se haver mais um arguido no seu staff próximo é mau para ele, e o novo Sócrates, sorrindo docemente, responder: “Desculpe. Ser arguido é bom. Eu acho que todo o meu staff devia ser arguido.”

De facto, a diferença é tão abissal que já nem precisamos de eleições. Já mudámos de governante. Ou melhor ainda. O governante mudou-se a si mesmo. Acabou-se o vociferante Orlando Furioso de Ariosto, destruído em autocombustão

purificadora entre frémios coléricos no Parlamento e estertores catárticos em estúdios de TV. Ficou-nos o Orlando Enamorato de Boiardo, suave, sério, intenso e sempre, sempre, terno.

Como é que podemos cometer o sacrilégio de ir buscar as turvas águas do sapal de Alcochete para enlamear o renascimento? Os vendilhões já foram escorraçados do templo. Fica-nos a nova era e a nova imagem que vai ser construída por santos profetas milagreiros, que já produziram santos milagres em África, onde Santos, em poucos dias e alguns milhões de petrodólares e gemas de sangue, passou de ditador a santificado líder eleito. Se conseguiram fazer isto, convencendo os africanos junto ao Equador que era preciso usar um grosso cachecol de lã com as cores do MPLA em pleno Verão Austral, como é que não hão-de convencer os portugueses a quem a fé nunca faltou nesta terra de prodígios?

Ontem foi em Fátima, hoje é na Comissão Política do PS e nas Novas Fronteiras. Em Portugal, sempre houve crentes e crédulos.

- (*) Jornalista, repórter, realizador de Televisão, cronista [p.e.f. autorº .Povo Livre]



O PS depois das eleições: mais do mesmo, cegos e surdos...

Os portugueses infligiram uma pesada derrota ao governo do PS e a José Sócrates no domingo passado. O PS conquistou – é justo dizê-lo, pois conquistar significa adquirir à força de trabalho – o seu pior resultado dos últimos 22 anos. Perdeu mais de 570 mil votos, baixou 18 pontos percentuais e vê reduzir-se de 12 para 7 o número dos seus deputados europeus. Se isto não é uma pesada derrota, não sei o que o seria. E qualquer um, destroçado e arrasado, questionar-se-ia: em que errámos? Será que governamos mal?, o povo não nos entende?, devemos mudar de políticas?

Mas não, as primeiras declarações, proferidas enquanto se desmontava o palco que era para a festa que se transformou num pesadelo, foram no sentido

de quem mais uma vez não aprende com a realidade da vida, de quem não ouve o peso estrondoso dos votos como teimosamente não ouviu as muitas centenas de milhares de portugueses, milhões talvez, que nos últimos 4 anos se manifestaram nas ruas contra estas políticas do governo e não vê nem ouve o desespero, o desencanto e a revolta de milhões de portugueses.

Não vêem, não ouvem. Mantêm o rumo. Que rumo? O rumo das medidas gravosas e escabrosas do Código do Trabalho, a sementeira criminosa do desemprego que em sentido lato, e esse é o único real, atinge sem piedade mais de 11 por cento dos portugueses, cerca de 625 mil? O rumo da destruição do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública, com a desvalorização dos seus funcionários, numa autêntica guerra aberta e um ódio inqualificável destilado sobre os professores? O rumo das políticas de juventude? As políticas para os aposentados e reformados, condição que cada vez mais se confunde com a condição de pobres?

Teimosamente mantêm o rumo, sem pestanejar. O PS e Sócrates preferem ignorar o país real, mesmo quando milhões de votos se lhes atravessam no caminho. Para Sócrates o povo é que está mal. Ele está certo e seguro. Uma soberba superioridade de braço dado com a arrogância. O povo errou, muda-se o povo! E como errou este povo, pensará Sócrates. Todos os partidos cresceram.

Como é possível que com o BE a capitalizar os votos do PS, a CDU cresça em percentagem, alcançando mais 70 mil votos, mantendo dois deputados, apesar da redução de 24 para 22, e obtenha a maior expressão eleitoral dos últimos 15 anos e a maior votação dos últimos 20? Não espanta que na noite da desgraça, na sede de campanha do PS, a barraca se desfizesse quando os artistas ainda estavam em palco, com vários ministros a esconderem-se atrás dos reposteiros e a correrem cabisbaixos para casa. Iam sem rumo, os homens que teimam em manter o rumo. Na noite de domingo, ao contrário do habitual, Sócrates não telefonou a Rangel ou a Ferreira Leite. Talvez para poupar nas chamadas, já que teria de felicitar todos os outros partidos e ninguém o está a ver a ligar para o PCP: “Jerónimo, parabéns! A vossa luta é compreendida pelo povo.” Não. Sócrates não telefona e nisso, vá lá, até poupa em hipocrisia. Mas será que não atendeu uma chamada de Bruxelas? “És tu, pá? Estás porreiro, pá? São uns ingratos! Pobres e mal agradecidos. Mas que grande chatice, pá!” - (Enviada por um professor identificado, nome omitido)

Serviços Financeiros????

Bom dia. Apesar de estar filiada neste partido, não sou militante. Quando se trabalha em média 12h/dia, não sobra muito tempo para militâncias. Gostaria de deixar uma ideia, que me coloco várias vezes, relativamente à anunciada ruptura da Segurança Social. Várias vezes ouço anunciar que os descontos que estou a fazer (obrigada) ao longo da minha vida útil de trabalho (árduo), não me vai garantir uma reforma equivalente ao salário sobre o qual são efectuados os descontos. Ora gostaria de chamar a atenção para um problema que se vai colocar daqui por 20, 30 anos, como resultado da conjugação de uma política de marketing seguida pelos bancos nos últimos anos e esta situação da redução significativa das reformas. Acontece, que a tendência de facilitismo que se viveu levou a que muitas pessoas renegociassem a duração dos seus empréstimos aumentando o prazo de pagamento, por vezes até 40 anos. Eu mesma fui tentada a seguir essa solução, o que teria feito com que terminasse de pagar a minha hipoteca apenas aos 70 anos. Só não o fiz, pela experiência que já



José Oliveira Sócrates da Figueira

tenho e me disse que mais vale pagar enquanto sou nova e tenho trabalho do que arriscar a ver-me na situação de velhice, sem emprego (nem qualquer possibilidade depois dos 45 anos, é impossível em Portugal), e com dívidas à banca.

Mas as várias pessoas que caíram nessa propaganda, certamente vão ver-se a braços com esse problema. A juntar à falta de tempo que os jovens têm para cuidar da família (filhos e parentes mais idosos), vai surgir mais este problema, visto que os idosos que conseguirem reformar-se, provavelmente vão estar ainda a pagar as hipotecas das respectivas casas. Pode sempre vender-se o imóvel, mas, então há o problema das mais valias...e o Estado é cego, quando toca a receber dinheiro dos contribuintes. Surge-me então a seguinte questão: como é possível que TODOS os cidadãos tenham direito a ser penalizados de igual modo, independentemente de terem dado um contributo maior ou me

nor em termos de descontos para o país onde residem. Por exemplo, um cidadão estrangeiro que veio viver para o nosso país, legalizado, e desconta há 1, dois ou 3 anos. Quando fica desempregado tem direito a usufruir do mesmo subsídio que um outro cidadão, português, que nasceu cá, cresceu cá, e desde o primeiro dia de vida que paga impostos indirectamente através de todos os bens que necessita, nomeadamente das fraldas, etc.

Durante toda a sua vida o cidadão português contribuiu de forma indirecta e posteriormente de forma directa com o pagamento de impostos, contrariamente ao cidadão estrangeiro que só começou a pagar impostos em Portugal desde que começou a viver no nosso país. Além disso, enquanto que o cidadão português guarda as suas poupanças, e efectua os seus consumos em Portugal, o outro cidadão, envia todo o dinheiro que consegue amealhar para o seu país, e gasta cá apenas o indispensável, porque é no seu país que faz os investimentos. Portugal tem experiência n

este campo, porque sabe muito bem o efeito que tem sobre a economia as poupanças dos emigrantes....somos um pequeno país de emigrantes, não o contrário. No entanto, apesar destas grandes diferenças, no momento de receber os subsídios de desemprego, tanto um como o outro cidadão têm direitos iguais. Isto sim, parece-me um grande desequilíbrio!!!! porque o bom do português tem de pagar a mais para que o outro usufrua das mesmas regalias, (ou muitas vezes até mais). É injusto. Aumentar as contribuições para a segurança social não passa por aumentar o número de estrangeiros a trabalhar em Portugal, mas sim por MELHORAR AS CONDIÇÕES para que as mulheres trabalhadoras (como eu), não se vejam na posição de fazer abortos, quando aos 37 anos ficam grávidas e percebem, que se tiverem esse filho, provavelmente daqui por dois anos terão de enfrentar o desemprego, e consequentemente perder a casa, e enfrentar um mercado de trabalho aos 40 anos, com um bebé de 2 anos por criar. Quem dará emprego a uma mulher nessas condições? Onde fica a criança enquanto a mãe trabalha 12 horas ou mais por dia? Enquanto as empresas não aceitarem a gravidez das funcionárias e os filhos delas, como uma mais valia



visto que é o garante de mão de obra para o futuro, e o Estado não incentivar essa mentalidade de semear hoje para colher mais tarde.....vamos estar sempre com um défice na segurança social. Veja-se o que se faz lá fora neste âmbito, onde as empresas têm cresces e as mães podem trabalhar descansadas porque sabem onde estão os seus filhos, sem ter de enfrentar os humores do patrão, e fingir que não têm filhos. A verdade é que as regalias previstas na lei, raramente são levadas à letra, sobretudo nos quadros médios. Enquanto isso, as obrigações dos trabalhadores (desses quadros médios), são ultrapassadas em larga escala. Parece-me que o problema de segurança social, não se resolve, desmotivando os trabalhadores que (como eu), sabem que é quase garantido que não terão reforma. Tão pouco é assim que se aumenta a produtividade, que em Portugal é tão mais baixa do que noutros países da Europa. Talvez já seja tempo de parar de construir auto estradas, e começar a construir uma sociedade forte, motivada, e produtiva para garantir que o futuro será melhor. O fast food, não é solução. Os ganhos rápidos e em grande quantidade, não são a solução. É preciso ter persistência e construir. Os ditos populares têm muita sabedoria, e sempre ouvi dizer que “de vagar se vai ao longe” e que “depressa e bem não há quem”. - Claudia Fialho

Intervenção de José Pedro Aguiar-Branco na ocasião da moção de censura ao Governo

Senhor Presidente, Senhor Primeiro Ministro, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados

Há censuras que se fundam, prioritariamente, em critérios de mera oportunidade ou tacticismo político.

São legítimas... mas esgotam-se no efémero impacto mediático da sua discussão.

São censuras motivadas pelo impulso sôfrego de “surfear” na onda de algum ganho de causa.

Correm, assim, o risco de reduzir a dimensão do seu alcance apenas ao facto próximo que as determina.

No caso, à derrota eleitoral do partido socialista nas eleições europeias, dando, involuntariamente, razão aos que pretendem esconder, sob o manto do desalinhamento conjuntural e momentâneo dos portugueses, os verdadeiros motivos do desaire.

A esperada rejeição, por parte do partido socialista, da moção de censura, poderia induzir a equívoca leitura de um prolongamento imerecido de vitalidade deste governo.

É para obstar a isso que o PSD é muito claro na censura a este governo e irá expressar um voto favorável no final deste debate.

O governo não foi digno da maioria absoluta que os portugueses, em 2005, lhe confiaram.

O governo podia e devia ter cumprido as promessas com que animou a campanha eleitoral de 2005. Mas caprichou em confirmar o que já então muitos suspeitavam: a coerência, a autenticidade, a honra da palavra dada, o respeito e a verdade não se inscrevem no ADN deste governo.

Por isso, desde logo, o governo merece uma forte censura: a sua forma de estar e exercer o poder, desqualifica os políticos, afasta os eleitores, desprestigia as instituições e desacredita o Estado.

Senhor Presidente, Senhor Primeiro Ministro, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, o Governo dispôs de condições ímpares para o bom cumprimento do seu mandato: uma maioria absoluta, uma legislatura alargada de quatro anos e meio, um Pacto de Estabilidade e Crescimento flexibilizado, uma conjuntura económica europeia de crescimento durante três anos e meio, quatro anos de trégua eleitoral e uma relação institucional exemplar por parte da Presidência da República.

Não obstante, o fim deste ciclo de governo socialista, consolidou dramaticamente a divergência face ao nível de vida médio europeu,

Os portugueses estão, hoje, mais pobres e a viver com mais dificuldades do que há quatro anos atrás!

O governo retribuiu a confiança da maioria absoluta com a absoluta crispação social, com a absoluta degradação da autoridade do estado, com a absoluta propaganda em torno dos anúncios das suas iniciativas, com o absoluto desrespeito por condições básicas de liberdade, com a absoluta intervenção clientelar do Estado, com a absoluta incapacidade de enfrentar com realismo e bom senso os desafios que, por acréscimo, a crise internacional trouxe à crise interna e... com a absoluta indiferença quanto às várias e sérias propostas que o PSD apresentou.

As reformas prometidas – da administração pública, da justiça ou da educação - ficaram-se pelo esbracejar mediático em que o único objectivo reconhecido foi o de trucidar funcionários públicos, desprestigiar as magistraturas e desautorizar os professores. A anunciada capacidade para criar novos empregos revelou apenas a incapacidade para, à primeira dificuldade, se aplicar as medidas necessárias à manutenção dos já existentes. O governo não só não criou os prometidos 150 mil novos empregos como contribuiu para o aparecimento de 150 mil novos desempregados.

O milagroso plano tecnológico que nos colocaria na vanguarda do modernismo mundial reduziu-se à dimensão do portátil Magalhães com que o Primeiro Ministro encena oferendas em escolas públicas ou promove negócios espectaculares na América latina, afinal envergonhadamente não concretizados...

O modelo de desenvolvimento que nos levaria aos 3% de crescimento económico enquistou-se na obsessiva aposta nas mega obras públicas com o que o governo amarra o sonho, destrói a esperança e condiciona o bem estar de várias gerações futuras.

O entusiasmo empreendedor – tão enfaticamente projectado como a outra face do “bota baixismo” da oposição - ignorou, até onde pôde, a importância, a necessidade, as condições de sobrevivência, das pequenas e médias empresas.

O próprio sempre auto elogiado equilíbrio das contas públicas, não obstante o esforço dos portugueses, se esfumou, na rapidez de um simples estalar dos dedos, porque feito essencialmente à custa de um brutal aumento da carga fiscal.

Tudo isto, com uma constante ao longo de todo o mandato: abafar o exercício da capacidade crítica dos que ousavam discordar do governo!

Malhar à direita, vigiar os sindicatos, punir a opinião diversa, controlar manifestantes, restaurar o Estado interventor em detrimento do Estado regulador, condicionar a liberdade de imprensa, pressionar no sentido de uma verdade única!

Eis o saldo de uma governação falhada, de um governo empedernido, de um Primeiro Ministro esgotado!

Senhor Presidente, Senhor Primeiro Ministro, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados

Diz Agustina: “temos que ser os profetas dum novo caminho, ou então nada!”

Esse caminho tem um sentido que os portugueses apontaram no recente acto eleitoral.

O país precisa de uma Política de Verdade!

Da verdade exigente na gestão criteriosa dos recursos: o dinheiro não chega para tudo!

Da verdade respeitadora das pessoas, das suas preocupações reais, das suas dificuldades do dia a dia, das suas necessidades primárias.

Da verdade que restaure a confiança de quem hoje sente a frustração de tanta ilusão que se evaporou na atmosfera mediática que consumiu este governo.

Da verdade que leve cada um de nós, neste momento difícil que atravessamos, a dar o melhor de si acreditando que o país lhe retribuirá com um futuro mais tranquilo, com uma escola melhor, com uma saúde mais próxima, com uma justiça mais credível, com um emprego mais estável, com uma sociedade mais segura.

É com essa Política de Verdade, que os portugueses reconhecem no PSD, que o governo será definitivamente censurado nas próximas eleições legislativas. Disse!- Gab. Imp. GP/PSD





Deputado Luís Rodrigues aprecia o DL que Estabelece a desafecção do domínio público marítimo dos bens identificados pela APL – Administração do Porto de Lisboa SA, sem utilização portuária reconhecida na frente ribeirinha de Lisboa e a sua integração no domínio público geral do Estado.”

O Decreto Lei n.º 75/2009, de 31 de Março, é um diploma que espelha bem a forma discricionária, avulsa, casuística, incoerente e eleitoralista como o Governo do Partido Socialista usa e abusa do poder e da coisa pública.

Não se entende como é que o Governo sem ter, ao fim de mais de quatro anos, o Plano Estratégico do Porto de Lisboa discutido e aprovado, no fundo sem saber o que é que pretende para o futuro deste estuário e da sua utilização portuária, decide sem qualquer justificação, sem qualquer discussão, definir que determinados espaços passam a ser de utilização do Município de Lisboa.

Nem as Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário apresentam qualquer justificação para esta decisão isolada.

É inaceitável que o parecer da Comissão do Domínio Público Marítimo esteja escondido ou não exista, pois até ao momento não foi tornado público.

Também não se entende porque é que este diploma é apenas dirigido a Lisboa ficando de fora os outros 10 municípios que se enquadram no território sob jurisdição da Administração do Porto de Lisboa.

O património construído nestas parcelas de terreno está avaliado em cerca de 15 milhões de euros e ainda não se sabe em que condições será transferido, nem quem o pagará à APL. Por outro lado, a manutenção e conservação desses espaços ficará sob a responsabilidade de quem?

Consideramos inadmissível que também do ponto de vista técnico o DL n.º 75/2009 seja um documento incoerente e incorrecto. Basta olhar para as plantas publicadas onde o domínio público marítimo se confunde e sobrepõe muitas vezes com o domínio público ferroviário.

Esta discricionariedade só pode ser justificada por um qualquer interesse político eleitoral do Partido Socialista para tentar nesta fase de fim de ciclo ajudar António Costa a não perder as eleições autárquicas.

De facto o Governo tem-se vindo a substituir à Câmara Municipal para tentar colmatar a incapacidade de intervenção desta na gestão da Cidade de Lisboa.

O Ministro Mário Lino está transformado num verdadeiro Vereador das Obras Municipais e do Urbanismo do Município de Lisboa, enquanto que António Costa mais parece um Ministro Adjunto para a Cidade de Lisboa.

Até poderíamos compreender esta situação. Enquanto António Costa vai às festas, aos casamentos e às marchas e cortar as fitas, Mário Lino encarrega-se do trabalho duro.

Só que também no papel de Vereador das Obras Municipais, Mário Lino, tem tido um péssimo desempenho. A ponte que quer construir vai aumentar o congestionamento de tráfego na zona oriental da Cidade, vai pôr em causa a navegabilidade para montante de Chelas, bem como a utilização das infraestruturas portuárias nessa área e pode tornar irreversível a utilização portuária do Mar da Palha.

Os atentados à zona ribeirinha da Cidade por parte de Mário Lino infelizmente não se esgotam nestes aspectos.

A triplicação da área de contentorização do Terminal de Alcântara e todo o processo rocambolesco e não esclarecido que a envolve é um dos maiores atentados à Cidade, ao dinheiro dos contribuintes e ao interesse público.

Pergunto ainda, porque é que a reunião da Assembleia Geral do Porto de Lisboa para aprovação de Contas, que se deveria ter realizado até 31 de Março, ainda não ocorreu, nem se sabe para quando estará agendada?

Como é que possível a APL ainda não ter aprovado o Orçamento e Plano de Actividades para 2009? Será que esta transferência de património já estava prevista? Será que este desbaratar do património da APL já estava previsto? A actividade de 2009 da APL está ser feita com base em quê?

Será que as contas da APL estão tão degradadas que têm de ser escondidas para lá das eleições legislativas?

É inqualificável a política do Governo para o Porto de Lisboa. O PS na Câmara e no Governo usa e abusa do Porto de Lisboa a seu bel prazer, não defendendo o interesse da Cidade, nem acautelando o desenvolvimento do maior porto Nacional.

Sr. Presidente, Sr.ªs e Sr.s Deputados: na Cidade do Porto para realizar obras na Rua de Ceuta o que é que este Governo não exigiu, nomeadamente por parte do IGESPAR?

Na Capital de Portugal, Lisboa, para intervir na mais emblemática praça, a Praça do Comércio, o Governo nada exige e deixa ao cuidado da Sociedade Frente Tejo decisões que a todos respeitam.

É um escândalo nacional e mais uma discricionariedade político partidária do poder socialista em final de mandato.

Em nome do interesse nacional o PSD exige a imediata cessação da vigência deste Decreto Lei. – Luis Rodrigues



Deputado Luís Rodrigues

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 509/X/4

Cessação de vigência do Decreto-Lei N.º 75/2009, de 31 de Março, que “Estabelece a desafecção do domínio público marítimo dos bens identificados pela APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A., sem utilização portuária reconhecida na frente ribeirinha de Lisboa e a sua integração no domínio público geral do Estado.”

Com os fundamentos expressos no requerimento de apreciação parlamentar n.º 119/X (4ª);

Concordando em que o princípio da desafecção de bens sem utilização portuária reconhecida em toda a área de jurisdição da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A., para a sua subsequente integração no domínio público geral do Estado e afectação a outros fins mais prementes do ponto de vista do interesse público, pode constituir uma orientação política, económica e social positiva;

Atendendo, contudo, a que não pode, em tais contextos, ser tal desafecção operada sem a existência de um enquadramento que balize os seus termos, a sua extensão e as demais condições necessárias, designadamente sem o Plano Estratégico do Porto de Lisboa discutido e aprovado, sem que as Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário apresentem qualquer justificação para esta decisão isolada, sem que se saiba qual o conteúdo do parecer da Comissão do Domínio Público Marítimo, que é importante em todo este processo, esteja escondido ou não exista e sem que se justifique, sequer, por que motivo este diploma se dirige apenas ao Município de Lisboa e deixa de fora, consequentemente, todos os demais 10 municípios que se enquadram no território sob jurisdição da APL;

Considerando, pois, desta forma, que, sobretudo em matéria tão delicada e sensível para o interesse público, não pode ser passado um “cheque em branco” ao Governo,

Os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PSD, apresentam o seguinte projecto de resolução:

A Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do artigo 169.º da Constituição da República Portuguesa e dos artigos 189.º, 193.º e 194.º do Regimento da Assembleia da República, resolve cessar a vigência do Decreto-Lei n.º 75/2009, de 31 de Março, que “Estabelece a desafecção do domínio público marítimo dos bens identificados pela APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A., sem utilização portuária reconhecida na frente ribeirinha de Lisboa e a sua integração no domínio público geral do Estado”. - Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

“Aveiro Jovem Criador 2009”



A Câmara Municipal de Aveiro abriu, até ao dia 23 de Setembro, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro, as inscrições para o Concurso “Aveiro Jovem Criador 2009”.

O concurso pretende promover a participação de todos os jovens artistas com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos de idade, abrangendo as áreas de Arte Digital, Escrita (poesia), Escultura, Fotografia e Pintura. Cada candidato poderá concorrer em mais do que uma área, tendo, para o efeito, de preencher uma Ficha de Inscrição para cada uma das áreas.

As candidaturas devem ser apresentadas até 23 de Setembro, e as fichas de inscrição podem ser entregues na Casa Municipal da Juventude, de segunda a sexta-feira, das 9.30 às 18.00 horas, sita na Rua Eng.º Silvério P. Silva, 3800-175 Aveiro.

Os interessados podem candidatar-se mediante o preenchimento de ficha própria que está disponível, bem como o regulamento, em www.cm-aveiro.pt. Será atribuído, em cada área, o prémio no valor de mil euros, podendo ser concedidas menções honrosas.

Na área da Arte Digital, o tema é livre e cada artista pode concorrer com o máximo de três trabalhos. Tal como nas outras áreas a concurso, os trabalhos terão de ser inéditos, sob pena de serem excluídos. São considerados válidos os trabalhos realizados no âmbito de instituições de ensino, mas que nunca tenham sido objecto de mostra pública. Serão ainda excluídos do concurso os trabalhos que estejam ou tenham estado “online”, na internet.

Nos trabalhos apenas poderá constar o pseudónimo do concorrente, nunca outro elemento de identificação, caso contrário, os trabalhos serão excluídos e cada participante deverá apresentar, obrigatoriamente, uma breve memória descritiva com a explicação de processos

e argumentação (com um máximo de dez linhas) e uma imagem em formato digital do trabalho para inserir no catálogo da exposição dos trabalhos do concurso.

Nesta área considera-se todo e qualquer trabalho criativo que recorra à utilização das novas tecnologias, nomeadamente, ilustração, pintura, fotografia, vídeo, páginas de Internet e projectos multimédia, onde poderão ser usados os seguintes suportes: materiais impressos (em suporte rígido, com ou sem moldura) e suporte digital (CD e DVD). Os trabalhos a concurso deverão ser apresentados em plataforma Windows ou Macintosh e, se possível, nas duas plataformas.

O júri será composto pelo Vereador do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Aveiro, Pedro Ferreira; Francisco Vaz da Silva; José Anjos; José Catarino, Luís Pinto e Óscar Mealha, como convidado. Na classificação das obras serão tidos em conta a criatividade e capacidade de inovação, quer no uso de ferramentas quer na pertinência e / ou actualidade do tema trabalhado e qualidade da exibição, quer a obra seja apresentada em suporte físico ou digital.

Em relação à prova de Escrita (poesia) o tema também é livre, podendo cada concorrente participar apenas com um trabalho. Este deverá ter no mínimo dez páginas e no máximo 25 páginas, folha A4, tipo de letra Arial, tamanho 12, espaçamento 1.5, sem qualquer suporte. Devem ser entregues quatro exemplares fotocopiados e um em formato digital. Qualquer trabalho que revele vestígio de plágio, será anulado.

O júri será composto pelo Vereador do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Aveiro, Pedro Ferreira; Idália Sá-Chaves, Rosa Maria Oliveira, João Tomás Parreira, representante do Grupo Poético de Aveiro, e Dora Nunes Gago é a convidada.

Na área da Escultura o tema é livre e as obras deverão ter sido realizadas em

2008 e 2009, podendo cada artista concorrer no máximo com duas obras. Cada trabalho deverá ter o peso máximo de 200 kg; dimensão máxima de 200 cm x 200 cm e deve oferecer condições de manuseamento e resistência.

O júri desta área será constituído pelo Vereador do Pelouro da Juventude, Pedro Ferreira; Lúcia Seabra, representante da ACAV; Milú Sardinha, representante de AveiroArte, e José Sacramento, representante da Galeria Sacramento. Foi ainda convidado João Dixo.

Para obter mais informações pode dirigir-se à Casa Municipal da Juventude de Aveiro, sita na Rua Eng.º Silvério P. Silva, 3800-175 Aveiro, ou contactar através do número de telefone 234 406 522, ou fax 234 406 524 ou ainda, através do e-mail cmjuventude@cm-aveiro.pt.

Os concorrentes da área de pintura deverão preencher uma ficha técnica das obras com títulos, dimensões, técnicas, suportes, materiais utilizados, valor da venda e fotografias a cores das obras impressas e em formato digital para fins de Catálogo.

O júri será composto pelo Vereador do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Aveiro, Pedro Ferreira; Lúcia Seabra, representante da ACAV; Milú Sardinha, representante de AveiroArte, e José Sacramento, representante da Galeria Sacramento. Foi ainda convidado João Dixo.

Para obter mais informações pode dirigir-se à Casa Municipal da Juventude de Aveiro, sita na Rua Eng.º Silvério P. Silva, 3800-175 Aveiro, ou contactar através do número de telefone 234 406 522, ou fax 234 406 524 ou ainda, através do e-mail cmjuventude@cm-aveiro.pt.

Exposição de Pintura “Dissonância Surreal”

Está patente de 27 de Junho a 19 de Julho, na Galeria da Capitania, a Exposição de Pintura “Dissonância Surreal” de Luís Athougua.

A Exposição de Pintura “Dissonância Surreal” será inaugurada no dia 27 de Junho, pelas 18.00 horas, na Galeria da Capitania, ficando patente até 19 de Julho, podendo ser visitada de terça a domingo, das 14.00 às 19.00 horas. Tem entrada livre.

Um espaço onde o tempo não importa, onde as moléculas que formam a trama pictórica, matéria, massa, densidade, são susceptíveis de transformação pela energia, indo para além da realidade física, viajando com a força da luz, desintegrando-se e voltando a integrar-se, impactando numa dimensão nova, sugestiva, plena de matizes e leituras infinitas, num trajecto de genuína inovação que se reflecte e amplia na pintura de Luís Athougua.

Como disse Cruzeiro Seixas, as suas pinturas são “...pedaços de sonho, jardins para os nossos olhos passearem, lembranças obscuras, iluminações intermitentes, palavras tresmalhadas, janelas da sua alma, a sua natural respiração.

A pintura do Luís é encontro e desencontro, é uma certa dose de solidão, é um eco, uma tênue ponte, a luz da madrugada, o discreto marulhar da água na secura da paisagem, a fronteira entre o ontem e o hoje, um projecto de viagem.”

Luís Athougua é natural de Cascais, diplomado pelo IADE, Instituto Superior de Design de Lisboa, participou em relevantes Exposições Internacionais, Bienais de Arte, encontros de Arte Postal e integrou diversos grupos multi-disciplinares e plurinacionais de Artistas. Desde 1983 realizou mais de duas centenas de exposições em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Itália. Está representado em museus, instituições e importantes colecções nacionais e estrangeiras e foi premiado em certames de Arte nacionais e internacionais. - Gab. Imp. CMA



Notícias da Amadora

Jorge Roque da Cunha é candidato à autarquia, com um plano estruturado de progresso e resolução de problemas



O candidato social-democrata à presidência da Câmara Municipal da Amadora, Jorge Roque da Cunha, apresentou a sua candidatura no dia 16 de Junho, numa cerimónia em que esteve presente o vice-presidente do PSD e autarca do Porto, Rui Rio.

A candidatura de Jorge Roque da Cunha à presidência da Câmara Municipal da Amadora foi aprovada pela Comissão Política Distrital de Lisboa do PSD com 36 votos a favor e um voto contra e ratificada pela Comissão Coordenadora Autárquica do PSD em Maio.

A apresentação da candidatura foi feita no Auditório Municipal da Amadora, na terça-feira, dia 16 de Junho, à tarde.

Jorge Roque da Cunha tem 49 anos, é médico de família na extensão de Camarate do Centro de Saúde de Sacavém, integra a direcção executiva do Sindicato Independente dos Médicos e é presidente da Mesa da Assembleia do Distrito de Lisboa da Ordem dos Médicos.

No plano autárquico, é membro da Assembleia Municipal de Oeiras e da Assembleia Metropolitana de Lisboa.

Ex-deputado à Assembleia da República, Jorge Roque da Cunha foi secretário-geral adjunto do PSD durante as lideranças de Cavaco Silva e de Marques Mendes.

Actualmente, é também vice-presidente da instituição particular de solidariedade social Prosalis e um dos administradores da Fundação Marquês de Pombal.

Entre as grandes preocupações de Roque da Cunha, conta-se a segurança e a resolução dos problemas sociais que afligem uma parte significativa do concelho da Amadora, afirmando que ambos os problemas estão intimamente relacionados e que não se podem resolver isoladamente, embora a segurança seja uma questão que exige imediata resposta e a resolução dos problemas. As suas qualidades pessoais e o valor da equipa que o vai acompanhar, são garantias de trabalho e sucesso, enquadrado nos princípios da social democracia que a todos une. - PL

Notícias de Braga

Ricardo Rio vai ser o motor da recuperação de Braga, um “concretizador de sonhos” e um construtor duma grande autarquia

A líder do PSD Manuela Ferreira Leite disse, hoje, em Braga que “não se encontra nenhum economista credível, que subscreva uma posição contrária” à da necessidade de se repensar o programa das obras públicas.

“Não há nenhum economista, seja ele de que partido for, que não defenda aquilo que venho dizendo há mais de um ano”, afirmou, a propósito do manifesto de 29 economistas sobre a necessidade de se repensar os investimentos em grandes obras públicas.

Manuela Ferreira Leite, que falava à margem da apresentação do candidato à Câmara de Braga, Ricardo Rio, insistiu na necessidade de se rever a actual política económica, a qual - sustentou - “está a ser seguida no sentido errado”.

A cerimónia desenrolou-se no Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, com a participação da nossa presidente, Manuela Ferreira Leite, do vice-presidente do CDS-PP, Nuno Melo, e do presidente

do PPM, Nuno da Câmara Pereira., os parceiros da coligação “Juntos por Braga”

No acto estiveram, ainda, presentes, o mandatário da candidatura, o professor universitário Miguel Bandeira, e o presidente da Comissão de Honra, o empresário António Marques.

O candidato da coligação “Juntos por Braga” (PSD/CDS/PPM) à Câmara Municipal local, Ricardo Rio, por seu turno, tinha afirmado que, em Braga quer “personificar um novo modelo de gestão da autarquia, em cinco áreas prioritárias de intervenção”.

“Identificámos já cinco prioridades: a promoção do emprego, a renovação urbana, o ambiente e a qualidade de vida, a dinamização cultural e a responsabilidade social”, afirmou, sustentando que “há muito para fazer e muito tempo perdido para recuperar”.

Ricardo Rio frisou que lidera uma candidatura que “já clarificou os eixos de



desenvolvimento do Município, as novas políticas que preconiza”.

Em sua opinião, “só quem estiver fechado numa qualquer torre de sobrançeria pode pensar que nada mudou nos

últimos meses e que, sem prejuízo daqueles que são os problemas estruturais a resolver, não há necessidade de adoptar medidas concretas para responder aos desafios que a realidade actual coloca

ao quotidiano das famílias bracarenses”.

Disse que, “para crescer e para proporcionar real qualidade de vida aos seus habitantes, nomeadamente aos mais jovens e aos muitos que nos procuram para aqui concluir os seus estudos universitários, Braga tem que ser uma cidade geradora de emprego”.

Defendeu ainda que “a autarquia tem que assumir um papel chave, de que sempre prescindiu, no estímulo à actividade económica, na captação e fixação de investimentos e no apoio ao empreendedorismo”.

Adiantou que a empresa que substituirá a Sociedade gestora do PEB (Parque de Exposições) assumirá a gestão de todos os equipamentos e participações municipais de natureza económica, como o MARN (Mercado Abastecedor), o Mercado Municipal, o BragaDigital ou as novas áreas de localização empresarial.

Acrescentou que “tomará também a seu cargo os programas de apoio ao comércio tradicional, as iniciativas de promoção turística, os estímulos à base rural da actividade económica e os incentivos à captação de projectos de vanguarda que valorizem o tecido empresarial e capitalizem o conhecimento científico produzido nas Universidades e no Instituto Ibérico de Nanotecnologia”.

Garantiu que “Braga terá, finalmente, o seu Parque Tecnológico e desenvolverá projectos para a criação de novas áreas de Localização Empresarial e de um novo Centro de Feiras e Congressos, que potencie o eixo do turismo de negócios”.

Prometeu “encetar todos os esforços para colmatar a enorme perda que representou a saída do parque de diversões Bracalândia”.

“Braga, a “cidade do Betão” é uma imagem que vai morrer na próxima década”, afirmou.

O Município de Braga tem sido governado desde 1976 pelo socialista Mesquita Machado. Nas últimas eleições municipais, a Coligação ficou a cinco mil votos do PS, tendo eleito cinco vereadores contra seis dos socialistas

O discurso do Presidente da Comissão de Honra

Dr. Ricardo Rio, Senhor Mandatário da candidatura, Sr^a Presidente do PSD, Dr^a Manuela Ferreira Leite, Sr. Vice-Presidente do CDS-PP, Dr. Nuno Melo, Sr. Presidente do PPM, Engenheiro Nuno da Câmara Pereira, Srs Deputados, Srs Autarcas, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em primeiro lugar, saúdo os partidos que suportam a coligação Juntos por Braga, pela oportuna e excelente escolha do Dr. Ricardo Rio para candidato à Câmara Municipal de Braga.

Em segundo lugar, quero agradecer ao Dr. Ricardo Rio a distinção do convite para presidir à Comissão de Honra da sua candidatura, o que muito considero.

É de facto uma grande honra pertencer a esta comissão. Ao dizê-lo faço-o, em meu nome e em nome das muitas dezenas de Bracarenses que constituem a Comissão de Honra e, dessa forma, simbolizam a multiplicidade de actividades, de opiniões, de personalidades de excelência.

É uma honra, como já disse, estar



aqui a dar nota pública do claro apoio à candidatura do Dr. Ricardo Rio. E por duas grandes razões:

Porque chegou o momento de fazer o reconhecimento do trabalho desenvolvido e porque chegou o momento de uma imperiosa mudança na gestão do município de Braga.

Desde logo, o reconhecimento de um trabalho permanente de muitos anos, com maior visibilidade nos últimos quatro, marcado pela competência, pela seriedade, pelo sentido de missão, pelo olhar permanente para as preocupações e anseios dos Bracarenses, com o objectivo de construir um concelho mais equilibrado e de construir uma cidade mais competitiva.

- Sem medo às consequências de propor,
- Sem medo às consequências de optar pela diferença,
- Sem medo às consequências de inovar,
- Sem medo de romper com alguns equilíbrios e com tantos e tantos interesses,
- Sem medo de rasgar novos horizontes, de propor novos compromissos e de construir uma nova centralidade regional.

E na política, como em tudo na vida, tempos de saber reconhecer que é preciso alguém que nos faça acreditar. Ricardo Rio é essa Personalidade.

Ricardo Rio é a aposta para uma cidade competitiva mas inclusiva:

- uma cidade competitiva, assente e apoiada cada vez mais no conhecimento,
- uma cidade inclusiva, em especial:
 - com as pessoas, com os jovens, com os idosos, mas também, e sobretudo agora, com os que não têm emprego,
 - com as Instituições, nomeadamente com as universidades, a Igreja, com as IPSS, etc.
 - com as associações empresariais e

com os sindicatos.

E este é o reconhecimento que é obrigatório fazermos ao Dr. Ricardo Rio, apoiando incondicionalmente a sua candidatura à Câmara Municipal de Braga.

Mas também, e é a segunda das razões que invoquei, uma necessidade imperiosa de mudança.

Em Democracia não cabem medos, em Democracia não cabem excluídos, em Democracia não há “uns” e os “outros”, em Democracia têm que caber todos os cidadãos. Em Democracia, e em Braga, têm de caber, na acção política da Câmara Municipal de Braga, todos os Bracarenses.

É uma necessidade imperiosa de mudança, no actual momento político em Braga, porque somos convocados para novos problemas de um tempo que exige novas soluções, mais participação de todos, que exige que a coisa pública esteja ao serviço de todos. Um tempo de maior urgência na promoção de novos empregos, um tempo que exige mais atenção aos problemas sociais, às pessoas, um tempo que exige mais cooperação estratégica entre a coisa pública e a coisa privada, um tempo que exige que Braga assuma o papel de catalisador da sua região. Um tempo que faça de Braga um concelho e uma cidade conhecidos e reconhecidos no país pela excelência das suas gentes e das suas actividades e não por razões menos boas, como tem acontecido nos últimos anos.

Uma necessidade imperiosa de mudança, com verdade, com valores e com princípios. E permitam-me que neste ponto interprete a presença da Sr^a Presidente do PSD não apenas para assumir que o PSD quer ganhar a Câmara de Braga, mas também porque reconhece que a candidatura de Ricardo Rio tem valores e princípios convergentes com os que tem vindo a defender para o país. Saúdo, Dr^a Manuela Ferreira Leite, a sua coragem e o seu empenho no contributo sério que

está a dar à política no sentido da verdade.

Em síntese, sei que é uma honra para mim e para todos acompanhar Ricardo Rio nesta caminhada e nesta candidatura.

- É chegado o momento do reconhecimento do trabalho desenvolvido,
- É chegado o momento da mudança em Braga,
- É chegado o momento de acreditar que em política vale a pena ter e defender princípios.

Por tudo isso, o Dr. Ricardo Rio deve ser o Presidente da Câmara Municipal de Braga.

Fala o candidato Ricardo Rio

“Juntos, por Braga”, desta vez, vai!...

Ricardo Rio, após os cumprimentos da praxe às entidades presentes, proferiu as seguintes palavras:

Caros Bracarenses, sou, com enorme honra e orgulho pela confiança em mim depositada, Candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga nas Eleições Autárquicas do presente ano.

Sou Candidato, com total consciência da responsabilidade de carregar sobre os ombros, em cada um dos meus actos e intervenções, no percurso da extraordinária equipa que me cabe liderar, a esperança de tantos e tantos Bracarenses, de todos Vós e de tantos e tantos outros que vivem neste projecto a certeza de uma mudança tão próxima quanto necessária na Gestão dos destinos da terra que amam e escolheram para viver.

No dia 9 de Outubro de 2005, a Coligação “Juntos por Braga” conseguiu o melhor resultado da sua história em número de votos, na percentagem de votos e no número de eleitos para o Executivo Municipal, ficando a uma curta distância da candidatura vencedora dessas Eleições.

No dia 9 de Outubro de 2005, assumi perante todos os que confiaram no nosso projecto e expressaram de forma tão clara



o seu desejo de mudança, e perante todos os outros que quiseram conhecer-nos melhor, que começaríamos a trabalhar no dia seguinte para provar a justeza da opção dos primeiros e para conquistar a simpatia e o apoio dos demais.

Quase quatro anos volvidos, parece claro que não defraudámos as Vossas expectativas e que jamais abdicámos de fazer valer as nossas convicções, os nossos projectos ou os nossos princípios, por mais vezes – e tantas e tantas foram – que os mesmos esbarrassem na indiferença, no autismo, na intolerância, na incapacidade de quem parou no tempo e perdeu o Norte e o pulso aos reais anseios dos Bracarenses.

Estamos certos e realizados porque sentimos que demos a devida continuidade ao esforço de todos quantos vêm protagonizando a proposta de um outro modelo de Gestão do Concelho de há 33 anos a esta parte, numa luta determinada e incessante a que presto um especial tributo na pessoa de todos quantos me antecederam na liderança desta candidatura, do Sr. Pedro Moreira ao Professor Carlos Alberto Pereira.

Ao longo dos últimos anos, sensibilizámos os Bracarenses em geral para a existência de outras e melhores alternativas para as prioridades da Câmara Municipal, para os projectos que a mesma pode e deve desenvolver, para a postura e valores que deve inculcar na sua acção.

Introduzimos, de forma inquestionável, novos temas na agenda política, novas soluções para abordar os problemas do Concelho, novas formas de relacionamento com os agentes de desenvolvimento e as estruturas representativas da Sociedade Civil.

Assumimo-nos, não como alternativa ao que existiu, mas como “A alternativa” que temos que construir, Juntos, por Braga, se queremos retomar a senda da competitividade e do desenvolvimento e posicionar Braga como protagonista decisivo na formatação e liderança deste território metropolitano e regional.

Esta, caras amigas e caros amigos, é

uma obra inacabada. Temos o projecto, conquistamos o apoio dos Bracarenses, falta fazer!

Mas o nosso trabalho vai poder começar com as bases sólidas que bebemos do nosso conhecimento do terreno, da nossa abertura ao envolvimento dos nossos parceiros, da credibilidade e rigor que aportamos a tudo que dizemos e fazemos, da força das nossas convicções e do empenho de dar o nosso melhor por Braga e pelos Bracarenses, já a partir do próximo mês de Outubro.

Por isso aqui estou. Por isso aqui estamos, no Museu D. Diogo de Sousa, um local que representa de forma perfeita essa encruzilhada e essa simbiose entre o passado que nos cumpre preservar e o futuro que podemos construir e valorizar.

Por isso fiz questão de convidar para Mandatário desta candidatura e tive a enorme honra de O ver aceitar esse desafio, alguém que nos tem dado lições contínuas de como é possível conciliar esses dois tempos do Verbo, num exercício incansável de cidadania e defesa do que Braga tem de melhor.

Caro Professor Miguel Bandeira, espero corresponder à confiança que depositou neste projecto e retirar dos seus conselhos o engenho e arte necessários para dar o devido valor ao nosso património e à nossa cultura, transformando-os em instrumento ao serviço do fortalecimento da nossa identidade enquanto Comunidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Honrar um passado, não é limitarmos a contemplá-lo. Quem se entretém a contar o tempo, dificilmente usa o tempo que tem para fazer História.

Braga anda há demasiado tempo a somar tempo ao tempo. E, se cada minuto é precioso, perder mais quatro anos seria um luxo que não podemos consentir. Braga não pode e, estou hoje certo, não vai adiar o futuro.

Caras Amigas e caros Amigos,

Há muito para fazer e muito tempo perdido para recuperar. Lidero uma Candidatura à Presidência da Câmara

Municipal de Braga que já tornou claro que personifica um novo Modelo de Gestão da Autarquia, nas áreas prioritárias de intervenção, nos eixos de desenvolvimento da actuação do Município, nas novas políticas que preconiza, na visão que tem do posicionamento da Câmara face ao meio em que se encontra inserida.

Identificámos já cinco domínios prioritários de intervenção: a promoção do emprego, a renovação urbana, o ambiente e a qualidade de vida, a dinamização cultural e a responsabilidade social.

Para cada uma destas áreas, há muito que vimos avançando publicamente com as nossas propostas, que sufragámos e discutimos em particular com os agentes representativos de cada área de actividade, bebendo dos seus contributos para melhor acomodar as soluções para a realidade actual do nosso Concelho.

Como é fácil perceber, só quem estiver fechado numa qualquer torre de sobrançeria pode pensar que nada mudou nos últimos meses e que, sem prejuízo daqueles que são os problemas estruturais a resolver, não há necessidade de adoptar medidas concretas para responder aos desafios que a realidade actual coloca ao quotidiano das famílias Bracarenses.

Sem os querer maçar com a enunciação exaustiva das múltiplas propostas que seguramente constarão do Programa de Acção que a equipa coordenada pelo Professor Américo Afonso está a redigir, permitam-me, porém, que Vos apresente algumas ideias que considero emblemáticas deste novo paradigma de acção.

Para crescer e para propiciar real qualidade de vida aos seus habitantes, nomeadamente aos mais jovens e aos muitos que nos procuram para aqui concluir os seus estudos universitários, Braga tem que ser uma cidade geradora de emprego.

Neste âmbito, a Autarquia tem que assumir um papel chave, de que sempre prescindiu, no estímulo à actividade económica, na captação e fixação de investimentos e no apoio ao empreendedorismo.

A Empresa que substituirá a Socieda-

de gestora do PEB irá assumir a gestão de todos os equipamentos e participações municipais de natureza económica (como o MARN, o Mercado Municipal, o referido Parque de Exposições, o Braga-Digital ou as novas áreas de localização empresarial) mas tomará também a seu cargo os programas de apoio ao comércio tradicional, as iniciativas de promoção turística, os estímulos à base rural da nossa actividade económica e os incentivos à captação de projectos de vanguarda que valorizem o nosso tecido empresarial e capitalizem o conhecimento científico produzido nas nossas Universidades e no Instituto Ibérico de Nanotecnologia.

Braga terá, finalmente, o seu Parque Tecnológico e desenvolverá, em cooperação com as Associações Empresariais e com Autarquias vizinhas projectos para a criação de novas Áreas de Localização Empresarial de excelência e de um novo Centro de Feiras e Congressos, que potencie o eixo do turismo de negócios.

Braga encetará todos os esforços para colmatar a enorme perda que representou a saída da Bracalândia e investirá na criação de equipamentos diferenciadores, para a fruição dos Bracarenses e para a atracção de visitantes ao nosso Concelho.

Manteremos uma relação de estreita proximidade com os milhares de Bracarenses radicados pelo mundo, sensibilizando-os para o investimento no seu Concelho de origem e assegurando-lhes que os seus filhos e netos terão nesta nova Braga as oportunidades que lhes recusaram, por inércia e por incúria.

Braga, a “cidade do Betão” é uma imagem que vai morrer na próxima década.

Não porque não se valorize a importância estratégica do cluster da Engenharia e da Construção Civil, um dos poucos em que Braga conseguiu conquistar massa crítica para estar entre os melhores, em Portugal e no exterior, mas porque o crescimento urbano do Concelho passará a ser feito com regras e clareza de procedimentos.

Temos, inclusive, uma outra prioridade e uma missão a consignar aos promotores imobiliários do nosso Concelho e a todos os outros que saibam reconhecer o nosso potencial estratégico: apoiar a Autarquia a concretizar um arrojado Programa de Renovação Urbana, apostando na salvaguarda do edificado, na revitalização do nosso Centro Histórico e na recuperação das zonas que registaram uma expansão mais desregrada (no centro ou na periferia da cidade).

Queremos trazer vida para o Centro da Cidade, incentivando o arrendamento jovem e centrando a acção da BragaHabit na promoção de uma real Política de Habitação.

Neste âmbito, podem os Senhores Presidentes de Junta contar com um aliado na promoção de Loteamentos a Custos Controlados nas Freguesias rurais, assegurando condições mínimas para a fixação da população mais jovem.

Vamos requalificar e animar as nossas Praças. Vamos devolver a dignidade ao Campo da Vinha, socorrendo-nos de todos os mecanismos ao nosso alcance para



devolver este espaço à sua traça original e qualificá-lo em linha com o potencial que o coração da cidade merece.

Não hesitaremos em socorrer-nos, na implementação dos mais diversos projectos, à promoção de Concursos Públicos de Ideias, abrindo à Sociedade Civil a possibilidade de discussão sobre o rumo a dar a um património que é de todos e não apenas daqueles a quem pontualmente foi confiada a gestão da Autarquia.

A Braga cinzenta e agreste dos amores imperfeitos vai dar lugar à Braga sustentável dos Parques, Jardins e espaços públicos de fruição popular, que pede meças às mais aprazíveis cidades da Europa.

Vamos criar um verdadeiro Parque da Cidade no Parque da Ponte, convidativo para o lazer e a prática desportiva das famílias Bracarenses, que se estenderá até ao Picoto e às zonas envolventes ao Parque de Exposições e ao Estádio Primeiro de Maio.

Vamos criar o Parque Eco-Monumental das Sete Fontes, alargar o Parque Desportivo da Rodovia e concluir o Parque Urbano Norte. Vamos avançar com a renaturalização do Rio Este, com o aproveitamento das Margens do Cávado e com a criação de novas Praias Fluviais.

Vamos garantir a todos aqueles cidadãos que moram na envolvente da Ribeira de Panoias que não são Bracarenses de segunda e que terão à frente da sua Autarquia alguém que respeita a sua dignidade e o seu bem-estar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Confesso-vos que gostaria de ter realizado esta Sessão na Sala de visitas da Cidade - o nosso Teatro Circo – por mais que seja claro que dificilmente comportaria todos quantos se quiseram associar a esta iniciativa.

Estou certo que a nossa presença seria menos ameaçadora para o sumptuoso verniz que ostenta nesta sua segunda vida que o mofo que resulta da falta de ideias e de investimento de quem não percebe a importância de ter uma sociedade culta e com acesso a todo o tipo de manifestações culturais.

Mas a Cultura em Braga é muito mais que devolver o Teatro Circo à cidade, no ecletismo da sua programação, na racionalidade dos custos de acesso, na mobilização e apoio à criação de uma verdadeira indústria de apoio às artes e à criatividade.

A nova Política Cultural tem que investir no apoio aos novos Talentos, na criação de um Centro Cultural versátil e ajustado ao dinamismo das múltiplas instituições que procuram dar resposta ao apetite de um leque diversificado de públicos, na promoção de Grandes Eventos e na operacionalização e reforço das iniciativas de descentralização cultural.

Perdida a Capital Europeia da Cultura de 2012, Braga tem que se assumir como uma cidade capital da Cultura, todos os dias, assumindo um papel catalisador da cooperação entre equipamentos e autarquias no plano regional.

A nova Braga vai saber valorizar devidamente o seu património, incentivando os agentes económicos e a comunidade científica a criar um consórcio que valorize e promova o legado histórico da Braga Romana, nos sítios e equipamentos já recuperados como em projectos como a Ínsula das Carvalheiras ou o Teatro



Romano da Cividade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Braga depara-se, hoje, com graves problemas sociais, com a proliferação de casos de pobreza expressa ou envergonhada, com o crescimento galopante do fenómeno do desemprego, com a necessidade de dar resposta a uma população não negligenciável de cidadãos com necessidades especiais, com a premência do combate às dependências, com a evidente carência de respostas para a população idosa ou para as crianças da mais tenra idade.

Felizmente, porém, dispomos também de uma rede extraordinária de instituições que, ainda que não funcione verdadeiramente enquanto tal por ingerência externa, se alicerça na dedicação inextinguível dos seus colaboradores e dirigentes para mitigar estes graves problemas e para dar apoio aos mais necessitados.

A Câmara Municipal de Braga não deve, nem pode, substituir-se a tais Instituições. E muito menos contribuir para o seu estrangulamento ou criar entraves ao cumprimento da sua missão.

Acarinhámos o princípio da subsidiariedade e nesta, como em tantas outras áreas, procuraremos dar toda a colaboração que estiver ao nosso alcance a quem faz e bem o seu trabalho e a quem presta um tão inestimável serviço à Comunidade.

Reunidos estes pressupostos, concretizados estes projectos, Braga poderá de facto assumir-se como uma cidade competitiva, como uma cidade criativa, como uma cidade inclusiva e como uma cidade que potencia a expressão das capacidades dos seus cidadãos.

Para lá do aqui já enunciei, há obviamente muito mais vertentes que carecem da nossa atenção e do investimento e iniciativa municipais.

Avançaremos com a Certificação da Qualidade das Escolas para termos garantias sólidas de que, nos planos material e imaterial, estamos a construir uma Escola de qualidade.

Não vamos fazer do fornecimento de refeições escolares um negócio. Vamos aproveitar os apoios estatais para assegurar o acesso das nossas crianças às actividades de enriquecimento curricular e manter uma relação de dignidade e estabilidade profissional com os seus docentes.

Vamos dotar Braga de meios de res-

posta eficazes no domínio da Protecção Civil Municipal.

Vamos desenvolver uma política clara e justa de apoio à formação desportiva dos nossos jovens.

Vamos colaborar com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, sem excepção, para promover a coesão territorial e o bem-estar de toda a população do Concelho. Reconhecemos a sua legitimidade democrática e a bondade das suas aspirações, estabelecendo uma relação de proximidade e enterrando de vez as práticas “caciqueiras” e a cultura do “chapéu-na-mão”.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A nova Gestão Municipal terá poderosos aliados dentro e fora das quatro paredes da Autarquia: a dedicação e competência dos funcionários da Câmara e das Empresas Municipais; o dinamismo das forças-vivas da Sociedade Civil Bracarense das Associações Empresariais às Agremiações Desportivas, das Entidades Culturais às IPSS e a todos quantos não podemos subjugá-lo à obsessão do controlo municipal.

Permitam-me uma palavra especial para as Universidades, verdadeiras sementes do progresso, do crescimento e da mudança que Braga viveu ao longo das últimas três décadas.

Tal como entendo o papel destas instituições, Braga tem tudo a ganhar se houver uma relação de total proximidade e colaboração entre a Autarquia e as Universidades de Braga, nos domínios técnico e científico, no plano cultural, no apoio à empregabilidade dos mais jovens, na qualificação e modernização das práticas de gestão da Autarquia, na sugestão de novas estratégias e políticas para os mais diversos campos de intervenção municipais.

A uma Universidade sem muros tem que se juntar uma Câmara sem muros, para que, num diálogo contínuo, franco e aberto, estas e outras instituições possam desenvolver projectos comuns que aporto um real benefício aos Bracarenses.

Não se trata, como se ousou escrever no mais abjecto dos Comunicados do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Braga, de assegurar que “quando chegarmos ao poder, líderes académicos e dirigentes políticos não passarão um dia que seja sem que consertem o futuro do concelho ao sabor do mesmo prato e do mesmo copo e ao som de um trompete afinado pelo mesmo diapasão”.

Mas sim, de olhar para tal relacionamento com as Universidades como se de uma verdadeira área de Investigação e Desenvolvimento se tratasse, que contribui para a sofisticação, inovação e efectivação das Políticas Municipais, razão pela qual irei criar o Pelouro específico da Ligação à Universidade no próximo Executivo Municipal.

No plano regional, teremos uma relação de total disponibilidade para a prossecução de projectos comuns e não hesitaremos em assumir a liderança e a iniciativa se virmos que assim poderemos mobilizar os demais parceiros públicos e privados.

Eu sou Bracarense, Minhoto e Português e pugnei sempre para a afirmação da identidade e da força destes territórios no actual quadro de competitividade entre regiões e países.

Como Presidente da Câmara, manterei uma postura de total intransigência na defesa dos interesses do Concelho, qualquer que seja o Governo em funções, reclamando os devidos e necessários investimentos na área da Saúde, da Educação, da Segurança, da Cultura e das Acessibilidades e Transportes.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Assumiremos a Gestão da Autarquia no respeito por uma linha de verdadeiro rigor e disciplina financeira. Recuso-me a enveredar pela via despesista e megalómana, só para colher ganhos eleitorais presentes, mas condicionando decisivamente as gerações vindouras, hipotecando os recursos de que necessitarão para fazer face aos desafios futuros.

Assumiremos a Gestão da Autarquia no respeito por valores que nos são caros: a ética, a transparência, a responsabilidade, a independência, a isenção, o respeito pela diferença e o estímulo à participação cidadã. Eu prezo demasiado o valor da liberdade e a cultura democrática para actuar de forma diversa.

Não transformaremos em conquistas a reprovação de propostas meritórias para a Gestão do Concelho. Daremos meios para efectivar a lógica do louvável Plano Participativo.

Não pactuaremos com aqueles que ponham em risco a dignidade e a credibilidade da Autarquia ou com quem ouse contribuir para o enxovalho público do nome do nosso Concelho.

Braga é uma terra de gente digna, trabalhadora e empreendedora. Não é, nem nunca será, um palco para os esquemas, os arranjos, as negociatas ou a corrupção.

Caras Amigas e caros Amigos,

Perdoem-me por maçá-los com o entusiasmo e a energia com que abraço este projecto e pela alegria com que encaro a possibilidade hoje tão próxima de, convosco, o levar à prática.

É assim que eu sou. É assim que já me conhecem.

O âmbito e a ambição deste projecto que me cumpre liderar vai muito para além do espaço desta intervenção e, sejamos sérios, da viabilidade da sua concretização num único mandato.

O Programa que irei apresentar aos Bracarenses é um Plano de Acção para uma década, que creio mudará de forma evidente a imagem, as práticas e a realidade do nosso Concelho.

Esta é a candidatura de todos os Bracarenses. De Cunha a Pedralva. De Santa Lucrecia de Algeriz a Escudeiros. De Merelim a Nogueira.

Dos que não votaram nas anteriores Eleições Autárquicas. Daqueles cuja confiança conquistámos pela valia das nossas ideias e pela coerência das nossas acções.

De Bracarenses de todas as áreas profissionais e dos diferentes espectros sociais e económicos. De Bracarenses de todos os quadrantes políticos.

Dos Bracarenses que, em defesa da sua terra, nunca hesitam em dizer presente e que muito me honraram em integrar a Comissão de Apoio Presidida pelo meu bom amigo e companheiro António Marques.

De todos Vós e das dezenas de milhares que se vão juntar a nós para concretizar a mudança que se impõe.

Porque estamos Juntos, por Braga, Braga vai ganhar!

Muito obrigado.



Notícias de Ovar

Esperança para os “vareiros”: Álvaro Santos candidata-se à presidência da autarquia

O vereador social-democrata Álvaro Santos apresentou no fim-de-semana a sua candidatura à Câmara Municipal de Ovar, numa coligação entre as forças locais do PSD e do CDS-PP.

O eurodeputado Paulo Rangel, líder parlamentar do PSD, reconheceu ao candidato “uma preparação técnica absolutamente excepcional, como pouca gente tem em Portugal”, “a autoridade e capacidade de persuasão” necessárias para que o Concelho saia da “situação muito má” em que se encontra.

Álvaro Santos considera que “Ovar parou no tempo” e está no “marasmo total”. Atribui essa situação a 15 anos de uma “gestão socialista que está gasta e cansada”, mostrando-se “arcaica, crispada e sem capacidade para promover a mudança”.

O candidato assumiu por isso “sete compromissos prioritários” do seu “contrato político com os ovaenses para o mandato autárquico de 2009 a 2013”, começando pela construção de cinco novos centros educativos para “acabar com as aulas em contentores”.

Propõe-se também concluir a revisão do Plano Director Municipal (PDM) iniciada em 2001, valorizar as zonas industriais do Concelho e, ao nível dos espaços verdes, criar parques urbanos e melhorar as áreas marítimas e ribeirinhas de Ovar.

Álvaro Santos anunciou ainda que quer “construir não uma «aldeia» mas sim a «Cidade do Carnaval””, criar espaços desportivos e de lazer, e proceder à “construção da rede de saneamento básico”.

Quanto ao actual Executivo da Câmara, o candidato do PSD acusa-o de “retóricas filosóficas” mas é à Administração Central que dirige as maiores críticas: “Nunca como agora o Concelho de Ovar sofreu um ataque político tão forte (...) em termos de encerramento de serviços”.

Exemplo disso é que “o governo socialista, depois de ter encerrado a maternidade há 10 anos, agora também mandou fechar a valência de pediatria do Hospital de Ovar”, transformando a Urgência “em serviço de atendimento”.

“A Ria de Aveiro e a Barrinha de Esmoriz continuam sem uma gestão integrada”, prossegue o candidato, e “o novo mapa judiciário já «decretou» a extinção da comarca de Ovar”.

Álvaro Santos lamenta também que o Governo de Sócrates tenha mandado encerrar a repartição de Finanças da cidade de Esmoriz, “uma das mais procuradas de todo o Distrito de Aveiro”, e considera que “a introdução de portagens na A-29 é outra enorme injustiça” para o Município.

A equipa com que Álvaro Santos irá concorrer à Câmara ainda não foi divulgada mas o candidato pelo PSD e CDS, que é também director do semanário local “Praça Pública”, afirmou hoje: “Quero



a meu lado pessoas sérias, competentes e determinadas na mesma vontade de vencer e de servir a nossa comunidade”.

O texto da apresentação da candidatura

Gostaria de dirigir as minhas primeiras palavras ao Dr. Paulo Rangel, recentemente eleito deputado ao Parlamento Europeu e principal responsável pela vitória que o PSD alcançou há cerca de 15 atrás.

Devo dizer que a sua coragem, a sua inteligência e a sua humildade democrática foram factores fundamentais para alcançar essa vitória e são hoje, para nós, um exemplo de como fazer política junto das pessoas e para as pessoas.

Bem-haja, Dr. Paulo Rangel.

Em segundo lugar, quero deixar aqui uma palavra de agradecimento ao nosso Companheiro Guedes da Costa por ter aceite entusiasticamente o convite para ser o Mandatário desta candidatura.

O Companheiro Guedes da Costa foi o último Presidente da Câmara Municipal de Ovar eleito pelo Partido Social Democrata. Foi, e é, para mim um exemplo de esforço e dedicação à causa pública. Foi um gestor rigoroso, mas nunca perdeu o sentido estratégico de promover o desenvolvimento da nossa Terra.

Por isso, devo deixar aqui uma palavra sincera de admiração por tudo aquilo que o Companheiro Guedes da Costa fez pelo Concelho de Ovar, mas principalmente, por tudo aquilo que, com a sua experiência e conhecimento, nos pode ajudar a conquistar.

Bem-haja, também, Sr. Guedes da Costa.

Gostaria, igualmente, de agradecer a todos quantos tiveram a gentileza de aceitar o convite para estarem presentes nesta cerimónia de apresentação da minha candidatura à Presidência da Câmara Municipal de Ovar.

Agradeço a vossa presença, do fundo

do coração, e interpreto-a como um estímulo para esta grande caminhada que, convictamente acredito, nos vai conduzir à vitória em Outubro próximo.

A todos, o meu sincero MUITO OBRIGADO.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Assumo formalmente a minha candidatura à Presidência da Câmara Municipal de Ovar nas próximas eleições autárquicas.

Faço-o por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, por constatar que a apreciação generalizada dos nossos munícipes é a de que o Concelho de Ovar parou no tempo.

Parou no tempo, porque liderado por uma gestão socialista que está gasta e cansada. Não tendo demonstrado “engenho e arte” para promover o desenvolvimento e mobilizar a sociedade para desafios determinantes para a nossa afirmação colectiva.

Tem sido uma gestão autárquica arcaica, crispada e sem capacidade para promover a mudança. A verdadeira mudança de que o nosso concelho tanto precisa.

É urgente mudar a atitude de passividade e de conformismo da actual gestão socialista. Uma gestão que, ao longo dos últimos quinze anos, conduziu os destinos do nosso Concelho ao marasmo total, demonstrando uma enorme incapacidade para promover o desenvolvimento.

É urgente assumir a responsabilidade de enfrentar os importantes desafios que se colocam ao Concelho de Ovar nos próximos anos.

Em segundo lugar, porque eu não me resigno perante as dificuldades. Depois de ter efectuado um percurso técnico e político ao nível local, regional e nacional, sinto a obrigação de dar um contributo à minha terra.

Foi aqui que eu nasci. Foi aqui que eu cresci. Foi aqui que eu me fiz Homem. Por isso, sinto a obrigação de trabalhar para garantir um futuro com mais qualidade de vida para toda a população do

Concelho de Ovar.

Mas para garantir que o Concelho de Ovar vai mudar, sei que não bastam as palavras. É preciso um projecto moderno e uma nova atitude de dinamismo, competência e determinação.

Dinamismo para enfrentar o actual quadro de problemas e dificuldades.

Competência para atrair investimento para promover o desenvolvimento.

Determinação para mobilizar pessoas capazes, traçar um rumo e vencer novos desafios.

Eu estou muito empenhado em liderar este projecto. Um projecto que tem recolhido o apoio e o entusiasmo de muitas pessoas e de vários movimentos e sensibilidades políticas.

Quero, a meu lado, pessoas sérias, pessoas competentes e pessoas determinadas na mesma vontade de vencer e de servir a nossa comunidade.

Todos aqueles que vierem por bem, são bem-vindos a este projecto.

Ovar está a despertar. Chegou a hora de mudar.

Uma mudança positiva.

Uma mudança para promover a qualidade de vida e a modernização do nosso Concelho.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Actualmente, o Concelho de Ovar atravessa uma grave crise económica e o clima social é de descrença e desilusão.

Descrença e desilusão por vivermos num País sem esperança, que continua a afastar-se dos níveis de crescimento europeu, onde o desemprego atinge níveis muito preocupantes e o poder de compra continua a diminuir vertiginosamente.

Descrença e desilusão por vivermos num concelho onde o desemprego é dos mais elevados do distrito (actualmente, existem 4.000 desempregados) e onde muitas empresas continuam a despedir os trabalhadores e a encerrar as suas portas.

Descrença e desilusão redobrada pelo progressivo encerramento de serviços públicos e pela discriminação negativa que

o nosso concelho tem sofrido por parte do governo central.

Um governo de maioria socialista que se fica pela “espuma” das reformas e que se caracteriza pela arrogância e pela insensibilidade social.

Nunca como agora o Concelho de Ovar sofreu um ataque político tão forte por parte de um qualquer Governo, nos últimos 30 anos, em termos de encerramento de serviços e de abandono das suas funções mais elementares.

Por exemplo, na área da Saúde, o governo socialista, depois de já ter encerrado a Maternidade há dez anos atrás, mandou agora, também, encerrar o serviço de Pediatria do Hospital de Ovar e o Serviço de Urgência foi transformado em serviço de atendimento, com o vergonhoso “patrocínio” do executivo socialista da Câmara Municipal de Ovar.

A construção do Centro de Saúde de S. João de Ovar esteve parada e abandonada durante três longos anos, por inoperância do Ministério da Saúde e a passividade da Câmara Municipal de Ovar.

Na área do Ambiente é notório o abandono a que a nossa região foi votada.

A Ria de Aveiro e a Barrinha de Esmoriz continuam sem uma gestão integrada que permita a sua conservação e valorização.

A sociedade Polis para a Ria de Aveiro teima em não sair do papel e a laguna continua à sua sorte, sem sequer aproveitar os fundos comunitários já disponíveis para desenvolver os projectos fundamentais para dinamizar toda esta região.

Na área da Justiça, o novo Mapa Judiciário já “decretou” a extinção da Comarca de Ovar. O nosso concelho ficou subalternizado e dependente da Comarca de Aveiro, com todas as consequências que isso representa para os cidadãos e empresas, assim como, magistrados, advogados e para todos os profissionais da área do Direito.

Na cidade de Esmoriz, o governo socialista mandou encerrar a Repartição de Finanças. Isto contra a vontade dos autarcas e de toda uma comunidade que lutou ao longo de vários anos para o Estado lhe ver reconhecido este direito que agora retira num ápice.

Dezenas de milhares de pessoas e empresas foram fortemente prejudicadas por esta decisão autoritária e sem fundamento do governo socialista, tanto mais que a Repartição de Finanças de Esmoriz era uma das mais procuradas de todo o distrito de Aveiro.

A introdução de portagens na A29 é outra enorme injustiça para a nossa Terra, que se prepara para ser cometida pelo governo socialista. Estou certo de que, com um governo liderado pelo PSD, esta injustiça não será cometida.

Como também, estou certo de que o projecto do TGV não vai avançar como deseja desastrosamente o actual governo socialista.

Embora, ainda esta semana, o governo socialista decidisse adiar este projecto até às próximas eleições, nada nos garante (bem pelo contrário) de que o TGV não seja retomado se o Partido Socialista ganhar as próximas eleições legislativas.



Espero que isso não aconteça.

Se o TGV avançasse, o Concelho de Ovar seria fortemente prejudicado porque uma parte significativa do nosso território ficaria “bloqueada” por este projecto, que constitui uma forte barreira ao desenvolvimento local, assim como, à circulação de pessoas.

Na actual conjuntura de crise económica e social que se vive em Portugal, é altamente recomendável o estabelecimento de prioridades na execução de grandes obras públicas que vão endividar, ainda mais, o país e comprometer o futuro das novas gerações.

Para mais com projectos que em nada vão contribuir para promover a coesão territorial e social e, muito menos, o combate às assimetrias regionais.

É paradoxal ser um governo dito socialista a promover grandes projectos de obras públicas pelo país, ao mesmo tempo que encerra escolas, encerra hospitais, encerra serviços públicos e não investe, como deveria investir, nas suas funções mais básicas de apoio social.

Por tudo isto, é preciso dizer BASTA!

No que ao Concelho de Ovar diz respeito, os seus quase 60 mil habitantes pagam os seus impostos e cumprem com os seus deveres perante o Estado.

Centenas de empresas localizadas no município criam emprego, geram riqueza e contribuem para os cofres do Estado.

Por isso, o Estado Central não pode, nem deve, basear as suas opções políticas em argumentos meramente economicistas, dando uma forte machada na coesão social do nosso território.

O Estado tem de cumprir com as suas obrigações constitucionais perante todos os cidadãos, mas, em especial, perante os mais desfavorecidos e necessitados.

Na Presidência da Câmara Municipal de Ovar, assumirei com coragem, determinação e sem espartilhos partidários,

uma atitude de defesa intransigente dos direitos da nossa Terra e da nossa População.

Ao contrário de outros que comodamente se escondem atrás de retóricas filosóficas, eu lutarei com todas as forças que tenho contra o encerramento de serviços públicos, contra a retirada de valências ou contra a subalternização da nossa Terra face a outros municípios.

A minha força, a nossa força, reside na RAZÃO.

Eu estarei SEMPRE ao lado das populações e saberei colocar SEMPRE os interesses da nossa Terra EM PRIMEIRO LUGAR.

Como ainda esta semana, consegui salvaguardar os interesses da nossa população ao chumbar a proposta do actual presidente da Câmara de duplicação imediata das tarifas de água e saneamento no nosso concelho.

É bom que toda a população saiba quem é que tem actualmente na condução dos destinos da nossa Terra.

É bom que toda a população saiba quem se esconde atrás de retóricas filosóficas, em vez de defender os interesses do Povo de Ovar.

Não contem comigo para farsas ou cambalhotas!

Eu estarei SEMPRE ao lado das populações e saberei colocar SEMPRE os interesses da nossa Terra EM PRIMEIRO LUGAR.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Tal como diz o Senhor Presidente da República, nós não nos devemos resignar.

Nós não nos podemos resignar. Temos de lutar. Temos de lutar contra as adversidades.

O Concelho de Ovar já atravessou muitas e graves crises ao longo de vários séculos de história.

Nessas alturas, os Ovarenses souberam MUDAR DE VIDA.

Souberam encontrar forças e percorrer caminhos que, orgulhosamente, nos transportaram ao até aos dias de hoje.

Eu acredito no Povo de Ovar. Eu acredito na nossa Terra.

Se, por um lado, a nossa Terra atravessa uma grave crise económica e social, por outro lado, também sabemos que Ovar é uma Terra com muitas potencialidades.

Desde logo, e em primeiro lugar, o Concelho de Ovar possuiu uma localização geográfica de grande importância regional.

Em segundo lugar, Ovar possui uma significativa dimensão demográfica, com quase 60 mil habitantes, sendo um dos mais populosos do Distrito de Aveiro.

Em terceiro lugar, o Concelho de Ovar é possuidor de um elevado dinamismo empresarial e uma clara vocação exportadora de produtos aqui fabricados.

Em quarto lugar, o Concelho de Ovar é um território muito rico e diversificado do ponto de vista ambiental.

Por último, e não menos importante, o Concelho de Ovar revela a existência um movimento associativo muito activo e dinâmico.

Estes são factores estratégicos e que nos devem mobilizar para a construção de um futuro melhor para a nossa Terra.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, O futuro do nosso Concelho começa hoje. Começa com a força e com a energia desta candidatura.

Começa com as pessoas, com as ideias e com a vontade de construirmos um futuro melhor.

UM FUTURO POSITIVO.

E porque falamos de futuro, quero aqui apresentar, perante esta magnífica plateia, os SETE COMPROMISSOS PRIORITÁRIOS da minha actuação enquanto Presidente da Câmara Municipal de Ovar.

Isto, sem prejuízo de desenvolver



outras áreas ou projectos igualmente importantes e que vão merecer uma atenção especial por parte do meu executivo.

1. CONSTRUÇÃO DE 5 NOVOS CENTROS EDUCATIVOS

Vou avançar com a construção de 5 novos Centros Educativos para melhorar o nosso parque escolar.

Basta de promessas! É tempo de fazer obra!

Quero acabar com as aulas em contentores. Esta é uma situação indigna para centenas de alunos.

Quero ainda equipar os novos centros educativos com quadros interactivos com infravermelhos, uma tecnologia de ponta fabricada em Ovar e exportada para todo o Mundo.

Os fundos comunitários já estão disponíveis.

Agora, o que é preciso, é fazer obra.

2. CONCLUSÃO DA REVISÃO DO PDM

A conclusão da revisão do PDM é, para mim, um objectivo fundamental.

O PDM é um documento estratégico para promover o desenvolvimento social, económico e ambiental do nosso concelho. E é, igualmente, importante para o ordenamento físico e para a gestão urbanística no nosso território.

O seu processo de revisão iniciou-se em 2001. Não se compreende como é que algo tão importante leva tanto tempo a ser concretizado.

Enquanto o PDM não for revisto e aprovado, o Concelho de Ovar terá maiores dificuldades em se desenvolver de uma forma equilibrada e sustentável.

3. VALORIZAÇÃO DAS ZONAS INDUSTRIAIS DO CONCELHO DE OVAR

Para combater o desemprego e atrair mais empresas para o Concelho de Ovar, quero valorizar, modernizar e avançar para a criação de uma zona industrial de nova geração, dotada de um conjunto de equipamentos e valências capazes de a catapultar para os níveis de exigência actuais e comuns a outros territórios mais competitivos.

Não me conformo que a Zona Industrial de Ovar e todos os outros espaços industriais do concelho, continuem entregues à sua sorte, com os espaços públicos cada vez mais abandonados e sem qualquer tipo de beneficiação, há mais de uma década.

Num concelho tão afectado pelo flagelo do desemprego, a aposta na qualificação dos espaços industriais é uma acção prioritária do meu executivo municipal, enquanto factor fundamental para a atracção de investimento empresarial e desenvolvimento económico.

4. VALORIZAÇÃO DAS ZONAS MARÍTIMAS E RIBEIRINHAS E CRIAÇÃO DE PARQUES URBANOS

Com os seus 100 km de frente de mar, de rios e ribeiras, Ovar tem uma vocação claramente atlântica.

Vou apostar nos espaços da frente marítima e ribeirinha como locais de atracção turística e de usufruto colectivo para todos os munícipes.

A aposta nos espaços verdes urbanos no Concelho de Ovar vai ser, também, uma prioridade da minha gestão camarária.

Estes espaços são fundamentais para proporcionar qualidade de vida aos nossos habitantes.

Os projectos estratégicos e prioritários do meu mandato são:

- O Parque Urbano do Cáster;
- O Parque do Buçaquinho (Es-moriz/Cortegaça);
- A zona envolvente da Fonte do Estanislau (Arada/Maceda)
- Parque da Senhora de Entre-Águas (Válega)

5. CONSTRUÇÃO DA CIDADE DO CARNAVAL

A minha candidatura assume o compromisso de construir não uma “aldeia”, mas sim a CIDADE DO CARNAVAL no decurso do próximo mandato autárquico.

6. CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS E DE LAZER DE PROXIMIDADE.

Vou construir pequenos campos desportivos e parques infantis nos bairros urbanos e no centro das freguesias mais rurais, próximos e acessíveis a toda a comunidade.

7. CONSTRUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO BÁSICO

No nosso Concelho, não podem haver cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. Todos devem beneficiar de saneamento básico.

A minha candidatura saberá encontrar a melhor forma de concretizar este objectivo, de modo a garantir qualidade de vida sem sacrificar a carteira dos munícipes.

Os sete compromissos prioritários que acabei de enunciar constituem os pilares do meu CONTRATO POLÍTICO COM OS OVARENSES para o mandato autárquico de 2009 a 2013.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Estou determinado a adoptar uma nova atitude de governação da nossa autarquia.

Uma governação capaz de romper

com as práticas instaladas, com os com-patrios e o favorecimento de uns em detrimento de outros.

Uma governação baseada no rigor, mas também na ambição.

Uma governação capaz de realizar consensos, ultrapassar divergências, promover a racionalidade das decisões e defender intransigentemente os anseios e expectativas do Concelho de Ovar nas diversas instâncias do Poder.

Uma governação apostada em motivar os seus funcionários e em reforçar a capacidade de inovação do nosso Concelho.

Não se trata apenas de modernização tecnológica, trata-se sobretudo da capacidade de antecipar a mudança, de correr riscos, de aprender uns com os outros, daquilo que muitos designam por “inteligência colectiva”.

Este é o caminho que quero percorrer.

O caminho da modernidade, do progresso, do desenvolvimento, mas também da solidariedade.

Mas este percurso só faz sentido se percorrido em conjunto por todos: autarcas, agentes políticos, económicos, sociais e culturais, associações e colectividades, organizações e instituições de solidariedade social, homens, mulheres e jovens do Concelho de Ovar.

E de todos aqueles que, muito legitimamente, abraçam divergentes projectos de sociedade.

Juntos, teremos mais capacidade para propor e implementar soluções concertadas entre todos.

Em suma, trata-se de reforçar e incentivar a participação de todos na construção do município do século XXI.

Este é o meu desafio. O nosso desafio.

A Ovar está a despertar. Chegou a hora de mudar.

Uma mudança positiva.

Uma mudança para construir um Concelho Moderno.

Um Concelho Próspero.

Um Concelho Positivo.

É este o compromisso que aqui afirmo solenemente- Muito obrigado.

Um perfil de Álvaro Santos

Álvaro Manuel Reis Santos é o exemplo de capacidade empreendedora aliada ao desejo de intervir na construção de um futuro melhor para a sua Terra.

Aos 41 anos, Álvaro Santos já percorreu um sólido caminho profissional e político.

É licenciado em Engenharia Civil e possui um mestrado, com alta classificação, em Planeamento do Território e Ambiente, tendo uma grande experiência de consultoria na área dos Fundos Comunitários, do Planeamento Estratégico e do Ambiente.

Ligado ao ensino, leccionou no Instituto Superior da Maia, na Universidade Atlântica e proferiu inúmeras palestras e conferências, em Portugal e Espanha, sobre os temas da sua eleição.

Já desempenhou as funções de Consultor da Comissão de

Coordenação da Região Norte e foi Perito do Comité das Regiões da União Europeia.

Entre 2003 e 2005, exerceu um dos mais altos cargos da administração pública. Foi Director Geral do Gabinete de Estudos e Planeamento, do Ministério das Cidades e do Ambiente, adquirindo uma notável experiência e conhecimento, fruto da liderança de acções de grande impacto nacional.

Natural de Maceda e residente em Ovar, Álvaro Santos não descarta a participação cívica e intervém activamente na vida da comunidade. Foi já autor de dois livros e tem manifestado as suas ideias e opiniões em inúmeros artigos publicados na imprensa local e nacional. É associado de diversas instituições e colectividades do concelho de Ovar e foi, até há pouco tempo atrás, Director do semanário Praça Pública, jornal que fundou no ano 2000.

Na actividade política, foi um dos mais jovens Deputados Municipais do concelho de Ovar, aos 21 anos. Liderou a JSD local, foi presidente da Comissão Política do PSD de Ovar e Conselheiro Nacional do Partido Social Democrata.

Actualmente, é Vereador da Câmara Municipal de Ovar, em regime de não permanência.

Dinâmico, empreendedor e dono de uma enorme capacidade de trabalho, Álvaro Santos abraça agora com determinação o desafio de assumir a liderança da Câmara Municipal, contando com o apoio forte do PSD, do CDS/PP e de várias sensibilidades políticas e movimentos de opinião.

A intenção da sua candidatura é clara e objectiva: vencer a Presidência da Câmara Municipal para FAZER OBRA e promover o desenvolvimento do Concelho de Ovar.

Águas: “respirar de alívio”...

O actual presidente da Câmara Municipal de Ovar (e já assumido candidato do PS às próximas eleições autárquicas) tentou “ludibriar” todos os Ovarenses com o Contrato de Parceria entre o Estado Português e os Municípios da Região de Aveiro para a gestão em baixa de Água e Saneamento.

Tentou, mas não conseguiu!

Os Vereadores do PSD e o Vice-Presidente da CM Ovar, David Almeida, não permitiram que tal acontecesse!

Deste modo, a duplicação das tarifas de água e saneamento, até 2014, foi claramente rejeitada.

Mas qual não foi o espanto, quando perante o cenário de um derrota humilhante, o actual presidente da Câmara deu uma tremenda “cambalhota” que se traduziu na abstenção da proposta por ele próprio apresentada e negociada com os restantes presidentes de Câmara da região de Aveiro.

Aqui fica bem demonstrada a falta de coerência e de “coluna vertebral” de algumas pessoas!

Mas isso ainda é o menos importante. O mais importante é que os Vareiros podem respirar de alívio: AS TARIFAS NÃO VÃO AUMENTAR! - Vereadores do PSD



Duarte Freitas é “mais-valia importantíssima” para a região

A líder do PSD/Açores considerou que o eurodeputado Duarte Freitas vai ter um papel “mais importante” a desempenhar na Região que aquele que teria se continuasse no Parlamento Europeu, representando o seu regresso uma “mais-valia importantíssima” para o arquipélago.

“Duarte Freitas, ao regressar aos Açores neste momento, é uma mais-valia importantíssima para os Açores. Duarte Freitas, neste momento, tem um papel a desempenhar nos Açores mais importante do que aquele que poderia desempenhar na Europa”, afirmou Berta Cabral, na sessão de lançamento do livro “Os Açores e a Europa”, uma obra em que é feito o balanço de cinco anos de mandato do eurodeputado açoriano.

A líder social-democrata salientou que “todos depositamos nele uma enorme esperança e confiança de que fará tudo o que estiver ao seu alcance para que os Açores possam ter nele um agente interventivo e construtivo”.

Berta Cabral assegurou que conta com o contributo de Duarte Freitas para a elaboração de um programa de governo e de acção do PSD/Açores rumo às eleições regionais de 2012.

A presidente do PSD/Açores elogiou, ainda, a “forma intransigente como Duarte Freitas se bateu pelos interesses da Região” no Parlamento Europeu.

PSD “quer ganhar” na Ribeira Grande “pelo concelho”

A presidente do PSD/Açores afirmou esta tarde, na Ribeira Grande, que “não colhe como argumento que as câmaras municipais tenham de ser da mesma cor do governo, pois esse é um argumento próprio de quem tem da política uma perspectiva sectária, de quem não reconhece que os poderes regional e local são autónomos e não acredita no mérito próprio dos seus candidatos”.

Para Berta Cabral, “o mais provável é o governo mudar de cor durante o mandato das próximas câmaras, e a verdade é que o PS anda muito nervoso depois do resultado das últimas eleições, pois reage com violência verbal a cada declaração proferida por nós”, disse, na apresentação da candidatura de Filomeno Gouveia à presidência da câmara da Ribeira Grande.

Ao lado do candidato do PSD, que já exerceu funções de vice-presidente daquela autarquia, Berta Cabral assumiu que o PSD quer ganhar a câmara “por causa do concelho, enquanto o PS quer manter a câmara por causa do partido”, assegurou.

“Só assim se compreende o apelo dramático à unidade socialista, que o presidente do PS fez na Praia da Vitória, e que fará certamente na Ribeira Grande”, acrescentou Berta Cabral.



Sobre Filomeno Gouveia, a dirigente social-democrata referiu que “é um candidato que conhece todo o concelho, conhece os seus problemas, e conhece as soluções necessárias”, pelo que “coloca a sua experiência ao serviço da sua terra. Isso é bom para os ribeirãograndenses e muito útil para a Ribeira Grande”.

Segundo Berta Cabral “na Ribeira Grande, temos vontade de mudança e temos um rosto. Essa vontade de mudança juntou todo o PSD, os mais jovens e os mais experientes, a população cidadina e o eleitorado rural. O rosto dessa vontade é Filomeno Gouveia”.

A líder social-democrata sublinhou “a importância da candidatura alternativa que o PSD apresenta, para garantir a todo o concelho a mudança segura que a Ribeira Grande precisa e merece”, concluiu.

Concentração de aviões da SATA em São Miguel “põe em causa” serviço público

O PSD/Açores reafirmou hoje que a concentração de todos os aviões da SATA em São Miguel “põe em causa” o serviço público de transporte aéreo na Região e considerou que o governo regional “dá primazia às razões centralistas e economicistas” nesta matéria.

“Esta decisão põe em causa o serviço público prestado aos açorianos, por três ordens de razão: condições meteorológicas das nossas ilhas, a possibilidade de ocorrência de catástrofes naturais e, necessariamente, questões operacionais”, afirmou a deputada social-democrata Carla Bretão, na Assembleia Legislativa dos Açores.

A parlamentar do PSD/Açores salientou que o agravamento do estado do tempo “poderá inviabilizar todas saídas de Ponta Delgada, devido a nevoeiros ou outras razões”, enquanto que a presença permanente de uma aeronave na ilha Terceira “teria permitido a operação para outras ilhas do arquipélago”.

Terceira”, sublinhou.

A deputada social-democrata referiu, também, que, por motivos operacionais, “não faz qualquer sentido” colocar o novo avião Dash Q200 “na extremidade oposta do arquipélago”, quando é a própria SATA a garantir que estas aeronaves são uma “inegável mais-valia para a operação em ilhas como Graciosa, Flores e São Jorge, o que permitirá adicionar frequências para estas ilhas”.

A parlamentar do PSD/Açores destacou, ainda, que os voos de recolocação da aeronave e de mudança de tripulações a meio do dia, que têm “baixa ocupação”, servem apenas para “queimar o período de serviço de voo das tripulações e gastos desnecessários, quando deveriam servir para fazer mais e melhores ligações entre o grupo central, a partir da Terceira”.

“A existência destes voos, com diferença de apenas uma hora, com baixas taxas de ocupação, apenas serve para ir trocar a tripulação a São Miguel, gastando dinheiro e tempo que podia ser aproveitado na realização de mais ligações entre outras ilhas, caso houvesse a tal base operacional na Terceira.

Carla Bretão lembrou, ainda, que “não foram apresentados quaisquer dados que comprovem” uma poupança de custos, tal como alega o governo regional.

- PSD/Açores, Gab. Imp.





CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça – feira até 12h00

Para: Fax: 21- 3973168

Email: convocatorias@psd.pt



ALMEIDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almeida para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 01 de Julho de 2009 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede da Concelhia, sita na Rua do Comércio, em Vilar Formoso, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1.- Balanço da actividade da Comissão Política de Secção
- 2.- Outros assuntos

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche para reunir, no próximo dia 27 de Junho de 2009 (sábado), pelas 18h00, na sede sita na Rua Direita, n.º 20, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Apreciar, discutir e deliberar sobre a situação política local e seus reflexos a nível partidário, na perspectiva das Eleições Autárquicas que se realizarão em 2009

2 – Dar parecer, nos termos do Art.º 50 - 2 - f) dos Estatutos, sobre as candidaturas aos Órgãos da Autarquia de Coruche que lhe sejam propostas pela Comissão Política de Secção para as Eleições Autárquicas a realizar em 2009.

ERMESINDE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Ermesinde para reunir no próximo dia 01 de Julho de 2009 (quarta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 870 em Ermesinde, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Aprovação da estratégia e candidatura à Assembleia de Freguesia, propostos pela Comissão Política do Núcleo de Ermesinde, tendo em vista as eleições autárquicas 2009

GANDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar para reunir, no próximo dia 03 de Julho de 2009 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1.- Informações
 - 2.- Análise da situação política
- GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Guarda para reunir, no próximo dia 03 de Julho de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede Distrital, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Análise da situação político-partidária

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir, em sessão plenária, no próximo dia 06 de Julho de 2009, (Segunda-feira), pelas 21h30, na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, sita na Avenida da Boavista, 4245 – Porto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações de carácter geral;
- 2 - Análise da situação política;

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Porto de Mós, para reunir no próximo dia 25 de Junho de 2009, (quinta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua Padre Manuel Espírito Santo, n.º 2 – Porto de Mós, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Eleições Autárquicas 2009
- 2 – Outros Assuntos

PÓVOA DO VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa do Varzim, para reunir, no próximo dia 01 de Julho de 2009 (quarta-feira), pelas 21h30, na sede Concelhia, sita na Praça do Almada, n.º 7 – Escritório 1, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1.- Autárquicas 2009 – No cumprimento do estipulado no art.º 50, n.º 2 alínea f) dos estatutos do Partido Social Democrata
- 2.- Outros assuntos de interesse para o Partido

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sever do Vouga para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 02 de Julho de 2009 (quinta-feira), pelas 19h00, na sede Concelhia, sita na Rua do Casal, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1.- Pronunciar-se sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais propostas pela Comissão Política para as

próximas eleições autárquicas de 2009.

VALONGO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Valongo para reunir no próximo dia 08 de Julho de 2009 (quarta-feira), pelas 21h15 na sede, sita na Rotunda 1.º de Maio, n.º 14 em Valongo, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Apresentação e votação da proposta da Comissão Política do Núcleo de Valongo para a candidatura à Assembleia de Freguesia de Valongo

2 – Apresentação da estratégia para as Eleições Autárquicas 2009

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real para reunir, no próximo dia 10 de Julho de 2009 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua da Boavista, n.º 11, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1.- Eleições Autárquicas e Legislativas
- 2.- Análise da situação política local e nacional



NÚCLEO DE SERZEDO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Serzedo, para o próximo dia 1 de Agosto de 2009, pelas 12 horas, na Junta de Freguesia de Serzedo, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, n.º 15, Serzedo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política do Núcleo.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo da JSD de Serzedo, na Rua S. Mamede, n.º 656, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

b) As urnas estarão abertas das 12 horas às 13 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo
(Paulo Maia)

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Valongo, para o próximo dia 25 de Julho de 2009, pelas 15 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 830, em Valongo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção de Valongo.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues

em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

b) As urnas estarão abertas das 15 horas às 19 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Frederico Amorim)

TERRAS DE BOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, convoco o Plenário de Secção de Terras de Bouro, para uma reunião dia 25 de Julho de 2009 (Sábado), pelas 17 horas, na Sede Concelhia do PSD Terras de Bouro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

1 – As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, de acordo com os Estatutos Nacionais e Regulamentos da JSD.

2 – As urnas estarão abertas das 17h00 às 18 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Braga
(João Miguel Sá)